



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS**

JESSICA GOMES MACHADO

**AMÉRICA LATINA E CARIBE EM BUSCA DE
DESENVOLVIMENTO E AUTONOMIA: uma análise sobre a
Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos**

**JOÃO PESSOA - PB
2011**

JESSICA GOMES MACHADO

**AMÉRICA LATINA E CARIBE EM BUSCA DE
DESENVOLVIMENTO E AUTONOMIA: uma análise sobre a
Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do diploma de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Elias David Morales Martinez

JOÃO PESSOA – PB
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

M180a Machado, Jessica Gomes.

América Latina e caribe em busca de desenvolvimento e autonomia:
uma análise sobre a comunidade dos estados latino-americanos e caribenhos
/ Jessica Gomes Machado. – 2011.

54f. : il.

Digitado.

Trabalho Acadêmico Orientado (Graduação em Relações Internacionais) –
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas,
Departamento de Relações Internacionais, 2011.

“Orientação: Prof. Dr. Elias David Morales Martinez”.

1. Integração Regional. 2. América Latina e Caribe. 3. Comunidade dos
Estados Latino-Americanos e Caribenhos. I. Título.

21. ed. CDD 327.8

JESSICA GOMES MACHADO

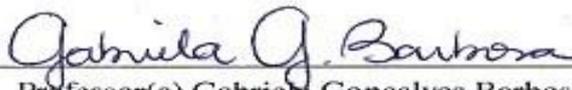
**AMÉRICA LATINA E CARIBE EM BUSCA DE DESENVOLVIMENTO
E AUTONOMIA: Uma análise sobre a Comunidade dos Estados Latino-
Americanos e Caribenhos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba em
cumprimento à exigência para obtenção do
diploma de bacharel.

Aprovada em: 08 /07 /2011



Professor(a) Elias David Morales Martinez (Orientador(a)) - UEPB



Professor(a) Gabriela Gonçalves Barbosa - UEPB



Professor(a) Filipe Reis Melo - UEPB

DEDICATÓRIA

Primeiramente, dedico este trabalho a Deus.
Ao meu pai, Alberto Firmino, a minha mãe,
Anelita Gomes, e aos meus familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pelas oportunidades que semeou em meu caminho. Ao meu pai, Alberto, a minha mãe, Anelita e a minha irmã, Thais - por me proporcionarem uma base sólida, apoiar-me e por estar sempre ao meu lado compartilhando dificuldades e alegrias, sem o apoio e o amor de vocês isso não seria possível.

À Doralice Machado, que ao longo da minha vida, foi para mim muito mais que uma tia, foi mãe, amiga, incentivadora e mostrou sua presença sempre forte ao meu lado.

À minha avó paterna Terezinha Machado e a minha avó materna Maria Tavares Gomes, pelo amor e incentivo aos meus estudos e por sempre acreditarem na minha capacidade.

Agradeço também aos tios, tias, primos e primas que ao longo da minha vida foram essenciais para a minha formação, e, de alguma forma, deixaram marcas em mim.

Ao meu orientador, professor Elias David Morales, pela orientação competente e pelo apoio, esteve presente no processo de elaboração da monografia, colocando marcos necessários e corrigindo-me, mas garantindo-me liberdade.

A todos os professores de Relações Internacionais da UEPB, pelas valorosas ideias e incentivos que me ofertaram durante os anos que passei na graduação, em especial à Doris Sayago, Heleno Rotta, Silvia Nogueira, Liliana Fróio, Gabriela Barbosa, Maria Lúcia Abaurre, Iure Paiva, Raquel Melo e Luiza Rosa.

A todos os amigos que conquistei ao longo da vida, pelo grande apoio, em especial Carolina Pereira e Mary Almeida.

Aos amigos que conquistei no decorrer do curso: Greyci, Fabrício, Thays, Ewelyne, Raíssa, Bruna, Wanessa, Jonatas e Henrique. Um agradecimento especial a Jan Marcel e a Rachel Pimentel, pelo incentivo, interesse e prontidão em ajudar.

A todos os funcionários da UEPB, em especial Fátima Nascimento, Kaline Barbosa e Sandra Maranhão, por serem atenciosos e competentes.

Gostaria de expressar meu agradecimento à Universidade Estadual da Paraíba por permitir a oportunidade de atualização e crescimento pessoal e acadêmico.

RESUMO

Existe a percepção de que a integração seria uma alternativa para o desenvolvimento e talvez, o mais viável dos meios para alcançar maior independência entre as nações. A criação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos constitui uma iniciativa sem precedentes para consolidar e projetar a identidade compartilhada da América Latina e do Caribe, pois não conta com a participação dos Estados Unidos e Canadá. O novo bloco solidificaria os laços políticos e econômicos que unem a região e amplificaria sua voz no cenário internacional. Todavia, a nova organização é vista como redundante ante a existência à OEA, dessa forma será demonstrado que essa última já não atende satisfatoriamente às questões do hemisfério americano e que muitas vezes age em detrimento a política dos Estados Unidos. A teoria pós-colonialista é usada para analisar o objetivo da nova organização em fazer com que as vozes desses países se amplifiquem no cenário internacional, tomando base no forte desejo de conseguir autonomia por meio da realização de uma organização livre da interferência de países de fora. Apesar dos discursos otimistas sobre a integração, falta um árduo caminho a ser percorrido para que esse possa realmente ser um organismo que cumpra os objetivos delineados, levando em conta as assimetrias existentes entre os países, assim a vontade na sua concretização tomam um papel fundamental. De toda forma, estão dadas as condições de avançar na constituição da CELAC e volta-se a discutir um possível revigoramento da integração regional, permitindo uma estratégia mais qualificada de inserção global dos países latino-americanos e caribenhos.

PALAVRAS-CHAVE: Integração Regional; América Latina e Caribe; CELAC; Desenvolvimento; Autonomia.

ABSTRACT

There is a perception that the integration would be an alternative to development and perhaps the most viable means to achieve greater independence among nations. The creation of Community of Latin American and Caribbean States is an initiative without precedents for consolidating and projecting the shared identity of Latin America and the Caribbean, for the reason that it does not count with the participation of the United States and Canada. The new block would solidify the political and economic ties that bind region and amplify their voice in the international arena. However, the new organization is seen as redundant in the face of existence to the OAS, so it will demonstrated that the latter is no longer satisfactorily addresses the issues of hemisphere and that often acts to the detriment of the policy United States. The post-colonial theory is used to analyze the purpose of new organization to make the voices of these countries to amplify the international scene, taking based on the strong desire to achieve autonomy by through the achievement of an organization free from interference by countries out. Despite the optimistic speeches about integration, lack a hard way to go before this can actually be a body that meets the goals outlined, taking into account the asymmetries between countries, so the willing of their achievement is taking a role fundamental. In any case, conditions are given in advance CELAC up the back and to discuss a possible strengthening of regional integration, enabling a more qualified insertion overall Latin American and Caribbean countries.

KEYWORDS: Regional Integration; Latin America and the Caribbean; CELAC; Development; Autonomy.

LISTA DE SIGLAS

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

CALC – Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento

CAN – Comunidade Andina

CARICOM – Mercado Comum Caribenho

CELAC – Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

G-RIO – Grupo do Rio

MCCA – Mercado Comum Centro Americano

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NAFTA – North American Free Trade Agreement (Acordo de Livre-Comércio da América do Norte)

OEA – Organização dos Estados Americanos

OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

OMC – Organização Mundial do Comércio

SELA – Sistema Econômico Latino-Americano

TLC – Tratados de Livre Comércio Bilateral

UNASUL – União de Nações Sul-Americana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I. A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO E IDENTIDADE DA AMÉRICA LATINA E CARIBE.....	13
1.1 AMÉRICA LATINA E CARIBE À PROCURA DE DESENVOLVIMENTO	17
1.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL SOB O PRISMA DA TEORIA PÓS-COLONIALISTA: identidade latino-americana e caribenha	21
CAPÍTULO II. A CRIAÇÃO DA CELAC: a unificação latino-americana e caribenha	25
2.1 PERSPECTIVAS DA CELAC E A RELEVÂNCIA DA OEA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE.....	25
CAPÍTULO III. A VONTADE DA CONCRETIZAÇÃO DA CELAC: um pensamento autonomista para a região	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	444
REFERÊNCIAS.....	47
ANEXOS	54

INTRODUÇÃO

A integração regional é vista como um meio para promover o desenvolvimento, dessa maneira, existe a percepção de que a integração é um mecanismo importante para inserção internacional dos países latino-americanos e caribenhos. Esse é o caso da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), que está em via de desenvolvimento, mas já se demonstra importante no pensamento autonomista e desenvolvimentista da região, como será analisado no decorrer do trabalho.

O processo integracionista na América Latina teve seu início no século XIX e tem em Simón Bolívar um papel muito importante. Ele iniciou o pensamento de união do hemisfério, em julho de 1826, convocou as nações americanas para o Congresso do Panamá, que tinha por finalidade a criação de uma organização regional para as Américas.

Tratando da importância da Integração Regional, Schaposnik (1997, p.161) considera que ela não é um fim em si mesma, mas um meio ou um instrumento para promover desenvolvimento e talvez, a mais viável das alternativas para alcançar maior independência das nações.

Entretanto, a globalização produziu um desenvolvimento desigual entre a América Latina e os Estados Unidos. Enquanto os últimos reconquistaram a hegemonia econômica mundial, a América Latina praticamente não cresceu. Dessa forma, a Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA), projeto não materializado, seria um dos resultados e tendências da globalização recente, essa privilegiaria o espaço hemisférico em detrimento do espaço latino-americano. Nesse contexto, a integração regional seria uma alternativa viável para superar os obstáculos e fragilidades dos Estados ocasionados pela globalização.

Existem alguns desafios para o desenvolvimento latino-americano e caribenho, um deles é a falta de solidificação dos processos integracionistas. É exigido um grande esforço em impulsionar sobre novas bases a integração regional, que aproveite todos os ganhos existentes nessa matéria. Ressaltando dessa forma, que deve haver maior convergência entre a América Latina e Caribe para efetivação de uma integração sólida e mais profunda.

Algumas medidas vêm sendo tomadas no tocante a uma integração que representaria todas as nações da região, a reunião da Cúpula da Unidade Latina e do Caribe, que compreendeu a II Cúpula da América Latina e o Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) e a XXI Cúpula do Grupo do Rio. Na reunião foi apontada a criação da CELAC,

organismo que não contará com a presença dos Estados Unidos e Canadá. O novo bloco promoveria a integração política da região e poderá ter um papel positivo em temas como mudança climática, direitos humanos, comércio internacional, e dialogaria com os outros blocos.

O presente trabalho objetiva destacar que a integração regional traria desenvolvimento para a região e a criação da CELAC constituiria uma iniciativa para consolidar e projetar a identidade compartilhada da América Latina e do Caribe. Pretende-se também verificar semelhanças com a Organização dos Estados Americanos (OEA), destacando que essa organização tem se demonstrado ineficaz na resolução de alguns problemas, como no caso das Malvinas e na crise dos Andes. Ou seja, pretende-se analisar a necessidade da sua concretização, demonstrando a vontade dos chefes de Estado na realização dessa iniciativa, tomando como base uma América Latina e Caribe autônomos e desenvolvidos.

É evidente que a realização do novo bloco significaria um sinal do amadurecimento da região, que pretende avançar na construção de uma nova organização multilateral do continente. Destarte, é questionado se a concretização de um bloco sem a participação dos países mais desenvolvidos do hemisfério teria condições de obter êxito. No decorrer desse trabalho de conclusão de curso serão apresentados argumentos que embasam o posicionamento dos países latino-americanos e caribenhos quanto à realização de uma organização que não conte com a participação das potências de fora.

Devido a essas circunstâncias fica claro que esses países almejam a concretização dessa iniciativa, de lançar uma América Latina e Caribe autônomos, esse desejo é principalmente baseado no seu passado colonial, que condenou tais países como afirma Marco Aurélio Nogueira (2007) “a um atraso crônico, marcado por arranjos quase primitivos de exploração, desigualdade e exclusão social.” Nessa condição, os países ricos e poderosos se aproveitaram.

A teoria pós-colonialista parte de uma visão terceiro-mundista e através dela é evidenciada a intenção da integração da identidade cultural dos países. Através da teoria pode-se reverter os valores que anteriormente se mantinham ligados somente aos países do Centro. Assim, ela serve para questionar e pesar as condições dos países que buscam espaço no cenário internacional. Esse é o caso da América Latina e Caribe que buscam através da integração regional uma forma de se projetar e conseguir desenvolvimento para a região.

A metodologia a ser empregada será, em primeiro lugar, analisar a importância da Integração Regional para a América Latina e Caribe, evidenciando o anseio na formação de uma identidade latino-americana que vem desde Simón Bolívar até os dias atuais e destacar a

formação de um novo processo de integração, que tem como meta resgatar esse sentido de união lançada sobre um viés desenvolvimentista.

No segundo momento, analisar a criação e as propostas da CELAC como também observar o papel da OEA na realização dos seus objetivos frente à nova organização. Também será investigado o desejo de concretização dessa nova organização pelos países da região, destacando assim um forte desejo de se livrar da interferência externas.

Em terceiro lugar será analisado as contribuições da CELAC e a necessidade que a região tem em se lançar no cenário internacional como região que pode resolver seus próprios problemas. Nesse aspecto, é evidenciada a busca desses países pela tão sonhada independência.

Por fim, salientando a necessidade da criação da CELAC, é fundamental afirmar que a América Latina e Caribe já deram sinais que querem essa unidade. Somente através da real vontade dos países na realização de uma integração desenvolvimentista é que as mudanças serão vistas. As assimetrias existentes entre os países latino-americanos e caribenhos têm que ser deixadas de lado para que a região consiga superar os desafios e conseguir se firmar. Nesse aspecto, esforços devem ser conjugados para que os países tenham a percepção de que a integração regional traria melhorias e que é chegada a hora de apostar em um projeto que falaria em uníssono e tem por finalidade auxiliar a região na busca do desenvolvimento e autonomia.

CAPÍTULO I.

A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO E IDENTIDADE DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

A integração regional consolida-se como importante processo internacional. As autoras Herz e Hoffmann (2004) partem do conceito de região para definir a integração regional. Consideram região como uma localidade territorial definida por critérios econômicos, sócio-culturais, político-institucionais e climáticos, entre outros. Pode ou não ser geograficamente contínua, mas sempre tem uma correspondência territorial. Dessa maneira, conceituam integração como: “[...] um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucionais em escopo regional” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 168).

Segundo Shaposnik (1997), a definição mais completa de integração é a seguinte:

A integração não é outra coisa senão o processo de unificação de uma sociedade que trata de transformar ou adequar seu sistema econômico, político e cultural para fazer frente às novas necessidades sociais. A integração tem diversos aspectos. Por um lado, unificar uma sociedade é antes de tudo suprimir ou atenuar os antagonismos que a dividem, por fim as lutas que atual ou potencialmente a afetam ou a destroem restando-lhe possibilidades de crescimento (SHAPOSNIK, 1997, p.190).

Os objetivos da integração regional abarcam a promoção de desenvolvimento interno das nações integrantes do bloco, assim como de toda a região. De acordo com Herz e Hoffmann (2004, p.169), a integração regional envolve questões sociais, políticas e culturais. O estreitamento dos laços políticos e econômicos entre povos que compartilham herança histórica e vizinhança geográfica permite enfrentar melhor os desafios do mundo globalizado.

Para Cervo (2008, p. 202), a noção de vizinhança evolui historicamente no imaginário popular e no conceito geopolítico. Desde o século XIX, o período do pan-americanismo, todos os americanos eram nossos vizinhos. Posteriormente como o pan-latinismo, o conceito de América Latina toma conta do imaginário. E, a partir do século XX, o conceito de América do Sul começou a se impor.

No tocante à integração regional na América Latina, a importância de Simón Bolívar foi essencial, pelo fato que ainda cedo assegurou condições necessárias para que o continente pudesse pensar e atuar como região autônoma. Possuía um sentido latino-americano, em contraste com o pan-americanismo, que era uma iniciativa de hegemonia estadunidense. O

sonho bolivariano possui um forte apoio nos setores populares, porque os povos da América Latina se sentem identificados cultural e ideologicamente.

Evidencia-se que a integração regional é um mecanismo importante para inserção internacional dos países latinos. Neles, os países membros manifestam a intenção de aprofundar esses processos, criando mecanismos que vão além da livre circulação de bens, de trabalhadores e de capitais, políticas da concorrência comuns, mecanismos de consulta e cooperação, entre outros.

A América Latina começa a se destacar, e as tentativas de integração regional cessaram o protagonismo dos Estados Unidos e suas alianças continentais hemisféricas. No continente, a integração tem uma longa história, as iniciativas de integração começaram em 1960, assim, é importante destacar que:

A América Latina havia dado no passado a prioridade a processos de integração. Sem falar do processo de luta pela independência, deve-se mencionar as tentativas da Aliança Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC, 1960) e da Associação Latino Americana de Desenvolvimento Integrado (ALADI, 1980) (SANTOS T., 2005, p. 168).

Marra (2008, p.248) mostra que historicamente a América Latina teve três fases de integração, com bons resultados somente na terceira fase. Vejamos:

1. A primeira teve início nas décadas de 1950 e 1960, com a criação da Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) e do Mercado Comum Centro Americano (MCCA).
2. A fase seguinte começou em fins da década de 1960 com a fundação da Comunidade Andina (CAN) e do Mercado Comum Caribenho (CARICOM), mas fracassaram também. Somente quando o processo de militarização declinou na América Latina, seguido pela transição para a democracia, é que os países fizeram a opção pela criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o relançamento do MCCA e da CAN.
3. A terceira fase começou com o Mercosul, criado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em 1991 e a fundação do NAFTA na América do Norte. O Mercosul aumentou seus fluxos comerciais extra e intra-regionais; ampliou os investimentos estrangeiros diretos nos países fundadores; e é atualmente um ator internacional para negócios e governos estrangeiros. É um caso de regionalismo aberto no marco da Organização Mundial do Comércio (OMC), um processo original que não segue necessariamente uma metodologia similar à empregada na Europa.

Como mencionado, a falta de solidificação dos processos integracionistas é considerado um dos desafios para o desenvolvimento latino-americano, dessa forma, é exigido um grande esforço em impulsionar sobre novas bases a integração regional. O autor Néstor García Canclini indaga que “relacionar as tentativas passadas de integração da América Latina com as iminentes é útil para avaliar as conquistas, as frustrações, e projetar o possível de forma razoável.” (CANCLINI, 2008, p.40). Nesse aspecto, destaco que deve haver maior convergência entre a América Latina e Caribe para efetivação de uma integração sólida e mais profunda que teria por finalidade obter desenvolvimento para a região.

Santos (2005, p.128) ressalta que os Estados Unidos se preocupavam com as iniciativas integracionistas latino-americanas, pois era vista como um desafio à sua hegemonia regional e que nascia da absoluta falta de projetos de desenvolvimento por parte deste país para a região. A formação do “Consenso de Washington”¹ e a Iniciativa para as Américas, primeira versão da proposta de integrar toda a América numa zona de livre comércio, foram consideradas uma forte ofensiva neoliberal sobre a região.

O autor supracitado afirma que desde o início dos anos 1990, a proposta de criar a ALCA estava no centro de estratégia dos Estados Unidos em relação à América Latina, cobrindo principalmente os componentes econômicos desta estratégia e sendo complementada com iniciativas de caráter político-militar, como o Plano Colômbia², assim é necessário destacar que:

A proposta da ALCA aponta para modificar radicalmente a “utopia integracionista”, privilegiando o espaço hemisférico ou “pan-americano” em detrimento do espaço latino-americano e caribenho. Neste contexto, os desafios para o desenvolvimento latino-americano exige um esforço para impulsionar sobre novas bases a integração regional, que permita aproveitar todos os avanços existentes nesta matéria e aperfeiçoar seus alcances e sua institucionalidade (SANTOS T., 2005, p.14).

Ainda de acordo com Theotonio dos Santos:

As mudanças de governo ocorridas na Venezuela (1999), no Brasil (2003) e na Argentina (2003) trouxeram consigo o endurecimento das posições iniciais destes países em relação à ALCA, incluindo maiores níveis de questionamento dos princípios gerais em que se sustenta a criação desta área de livre-comércio, dos graus em que esta criação responde unilateralmente aos interesses e necessidades

¹ Com o predomínio da ideologia neoliberal, realiza-se em novembro de 1989, na cidade de Washington, capital dos Estados Unidos, uma conferência organizada pelo Institute for International Economics, que reuniu pesquisadores dos problemas econômicos latinoamericanos, representantes do congresso, da reserva federal (FED) e do executivo norte-americano, além de funcionários dos organismos financeiros internacionais, especializados em assuntos latino-americanos [...] em um encontro realizado em 1990, também na cidade de Washington, para debater em conjunto com pesquisadores da América Latina as condicionalidades que deveriam fazer parte de uma política econômica voltada para a região (ESTEVES, 2008, p.186).

² O Plano Colômbia foi um investimento dos Estados Unidos no combate ao narcotráfico na Colômbia (VILLA, 2005, p.101).

dos Estados Unidos e dos impactos que a sua colocação na prática traria não somente sobre diferentes setores sociais, industriais e regiões, mas também sobre as capacidades estatais de regulação do funcionamento da economia interna. [...] Aparece um questionamento cada vez maior da ALCA, do tipo de relações que por meio dela tentam impor-se no âmbito hemisférico e da notória passividade com que o projeto norte-americano vem sendo assumido pelos governos da região. (Idem, p. 71-72).

Nesse contexto, é necessário frisar que um processo integracionista sólido serviria de ensaio e afirmação para uma integração latino-americana soberana e contrária a ALCA. Essa tentativa de livre comércio foi frustrada, mas as relações com os Estados Unidos apareceram novamente através da bilateralização das relações comerciais, por meio dos Tratados de Livre Comércio Bilaterais (TLCs).

Nos últimos anos, frente às dificuldades encontradas pelos Processos integracionistas em cumprir seus objetivos institucionais e econômicos, as atenções se voltam para a perspectiva política da integração regional e a necessidade de estender da criação de um bloco para compreender toda a América Latina. Com essa finalidade temos a criação da CELAC, um bloco que promete unir a América Latina e Caribe é saudado como mais um esforço para consolidar a integração latino-americana, retomado depois de muito tempo. Tratando da importância da Integração Regional é necessário salientar que:

[...] no cenário de globalização unipolar que presenciamos, a integração é o único instrumento para que a região seja reconhecida, como 'alguém' e não 'algo', sujeito e não objeto, nesta complicada e até mesmo perigosa conjuntura. Este será também o seu modo de contribuir para a necessária construção de um modelo multipolar de globalização, como caminho para um mundo mais justo, solidário e governável. (OTTO, 2005, p.52).

A integração regional precisa de uma agenda comum, de modo a se inserir conjuntamente no mundo, levando em conta os recursos latino-americanos e caribenhos. Busca-se uma integração para além do comércio, nesse aspecto, alguns passos são importantes para o regional-desenvolvimentismo, no qual as disparidades seriam resolvidas no seio de cada nação da América Latina e do Caribe. No próximo ponto será abordado o aspecto desenvolvimentista da integração regional.

1.1 AMÉRICA LATINA E CARIBE À PROCURA DE DESENVOLVIMENTO

Há muito tempo é evidenciada a preocupação pelo desenvolvimento da América Latina, que possui um cunho integracionista. O processo de integração da América Latina teve seu início no século XIX e se confunde com o próprio processo de formação histórica dos países da região.

De acordo com Marini (1992), os estudos sobre o desenvolvimento ganharam impulso depois da Segunda Guerra Mundial, graças, sobretudo, ao progressivo e muitas vezes conflitivo processo de descolonização que então se verifica. Assim, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a década de 1950 assistiu a um fenômeno de integração mais intenso, em especial na América Latina, começaram a surgir discussões de caráter desenvolvimentista, que objetivavam estabelecer um modelo que os países da região pudessem adotar para promover políticas públicas relacionadas à ideia de desenvolvimento e de crescimento econômico. Nesse contexto, visando melhorar a situação da América Latina e Caribe:

Alguns programas de integração manifestam a intenção de reverter essa decadência do desenvolvimento latino-americano, segundo as propostas de acadêmicos e organismos internacionais (CEPAL, OEI, SELA), identificando áreas estratégicas em que poderíamos crescer promovendo políticas socioculturais que impulsionem o progresso educacional, tecnológico e a expressão multicultural de nossas sociedades. A cooperação regional seria crucial para expandir tais ações conjuntamente. (CANCLINI, 2008, p. 19).

Tratando da integração desenvolvimentista, este tem como marco a aprovação pela Assembléia Geral da ONU, em 1948, da criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Assim:

Propõe a integração regional como estratégia para pôr fim à crescente dependência da América Latina, além de impulsionar o desenvolvimento dos países da região com base na complementaridade econômica, o que garantiria um desenvolvimento equitativo para os países da região. (ESTEVEZ, 2008, p.173).

Os estudos da CEPAL desde 1949 tinham a idéia de criar um mercado comum latino-americano³. Os países da região precisavam de um mercado de alcance regional para o desenvolvimento de sua indústria⁴. Dessa maneira, é destacado pelo autor supracitado:

³ Em 1951 os países da América Central pediram à CEPAL apoio técnico para seu processo de integração, dando origem ao atual Mercado Comum Centro-Americano (BAUMANN, 2005, p.2).

[...] a integração regional entra na pauta de discussões dos governos e dos organismos internacionais presentes na América Latina como forma de impulsionar o desenvolvimento dos países da região, com base no modelo de complementaridade econômica, que garantiria o desenvolvimento equitativo destes países (Idem, p.177).

Um aspecto importante do pensamento da CEPAL consiste na visão dualista da economia, Celso Furtado “identifica o subdesenvolvimento com a existência na economia, de dois setores que se opunham: um setor capitalista, moderno, e outro tradicional, arcaico. Essa polaridade caracterizaria a sociedade dual” (FURTADO apud Bastos e Silva, 1995, p.177) e seria fundamental para atingir o desenvolvimento. Nesse aspecto:

Ainda ligada à CEPAL, merece destaque outra corrente teórica de interpretação do subdesenvolvimento, a chamada teoria da dependência de fundamentação marxista. Como seus representantes, pode-se citar André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, F.H. Cardoso e E. Faletto. Em linhas gerais, considera-se dependente uma sociedade em que a estrutura social está articulada de forma assimétrica a outra formação social que mantém uma situação de poder e dominação. (BASTOS; SILVA, 1994, p.178).

Marini (1995, p.113) afirma que a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Em meio ao subdesenvolvimento, Marini (1992) indaga que é necessário um grande esforço para reverter essa situação. No contexto da economia mundial contemporânea, os projetos estritamente nacionais parecem já não ter resultados, sendo melhor buscar a constituição de entidades mais poderosas. De acordo com o autor, a integração latino-americana, como arma principal na luta contra a dependência e pelo desenvolvimento, não pode ser vista como algo que interessa somente ao governo, aos empresários e à economia. Sendo assim, ela tem que ser entendida como uma grande empresa política e cultural, capaz de convocar à participação ativa todos os setores do povo. Tendo como meta o pensamento desenvolvimentista é necessário frisar que:

[...] durante os anos 1960 e 1970, o clima político favoreceu o florescimento de uma pluralidade de opiniões sobre como e se era possível superar a desigualdade entre as nações resultante do passado colonial e sobre como promover o desenvolvimento equitativo dos diversos países através de novas políticas multilaterais (CASTRO, 2001, p.30).

⁴ A proposta de integração econômica concebida pela CEPAL pretendia romper com o quadro de baixo crescimento produtivo e insuficiente dinamismo econômico até então vigente nos países latino-americanos (ESTEVEZ, 2008, p.179).

Essas políticas abrangem as discussões desenvolvidas no âmbito da CEPAL. Nesse aspecto, visando melhorar as condições desses países, aparecem algumas propostas integracionistas. Na Conferência da CEPAL, em 1959, no Panamá, inúmeras propostas de cunho integracionista foram apresentadas. Em 1960 surgiu o primeiro projeto de integração latino-americana: a ALALC (BETHONICO, 2008). Essa perseguia o objetivo de diminuir as tarifas alfandegárias entre os parceiros e criar uma área comercial livre. Entretanto, “a liberdade concedida aos Estados-Partes e a ausência de constrangimento formal para que os prazos fossem cumpridos levaram a ALALC a descrédito” (SEITENFUS, 2008, p.283).

Vinte anos depois, os países membros decidem extinguir a organização e substituí-la pela ALADI⁵, pois:

A nova organização recolhe os ensinamentos da anterior e propõe uma pauta modesta, porém objetiva e pragmática. A difícil realidade econômica regional tempera os ardores dos defensores da integração, pois a ALADI será tão somente uma *associação* entre Estados soberanos, e não mais uma *área* que pretende transformar-se em zona de livre comércio. [grifo do autor] (Idem, p.284).

Entretanto, como é analisado por Canclini (2008, p.53), a ALADI em raros momentos mostrou alguma capacidade de transformar declarações em programas executáveis. Mesmo assim, é notória a importância da Integração Regional para regiões como a América Latina, principalmente no que se refere ao seu desenvolvimento. De acordo com Celso Furtado:

A teoria da integração constitui uma etapa superior da teoria do desenvolvimento e a política de integração, uma forma avançada de política de desenvolvimento. O planejamento da integração surge, pois, como a forma mais complexa dessa técnica de coordenação das decisões econômicas. (FURTADO *apud* BAUMANN, 2005, p.2)

A integração constituía uma forma de procurar saídas para os desafios do desenvolvimento nos países periféricos e colonizados. A sua tese tem como núcleo, a dimensão histórica do desenvolvimento econômico, concluindo “que o subdesenvolvimento é a manifestação de complexas relações de dominação-dependência entre povos, e que tende a auto-perpetuar-se sob formas cambiantes” (FURTADO, 1967, p. 265). Requerendo, para sua superação, a formação de ‘centros nacionais de decisão válidos’, ou seja, ‘a tomada de consciência da dimensão política da situação de subdesenvolvimento’ (Idem). Em suas palavras, “o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma

⁵ A ALADI congrega os países membros da ALALC, ou seja, Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (SEITENFUS, 2008, p.284).

etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 1961. p.180).

Sachs afirma que “desenvolvimento pode ser definido como universalização e efetivo exercício de todos os direitos humanos-políticos, civis, cívicos, econômicos, sociais, culturais e direitos coletivos [...]” (SACHS *apud* MENDONÇA, 2008, p.18). Se referindo também ao desenvolvimento Cervo (*apud* MENDONÇA, 2008, p.20) ressalta que era proposta a superação da assimetria capitalista por meio da promoção do desenvolvimento e a autonomia decisória, que era promovido pela força interna das nações.

Cervo (2007, p. xiii-xiii) destaca que uma vez configurados os espaços nacionais, os governos das regiões irão orientar a sua ação interna e externa para o desenvolvimento possuindo a vontade dos Estados que tinham a esperança de produzir condições favoráveis e concretas para melhorar as condições de vida dos países, uma dessas iniciativas foi lançar o continente as tentativas de integrar a região. As malogradas iniciativas de integração, como a ALALC e a ALADI foram sendo substituídas por processos mais realistas e flexíveis, tais como o Grupo do Rio, Mercosul, Comunidade Andina e Unasul.

Os processos de integração da América Latina passaram por crises e fracassaram inicialmente, mas que, serviram de base para os processos integracionistas vindouros. Nesse contexto, deve-se continuar buscando um crescimento e desenvolvimento social através da unificação entre os países da América Latina e Caribe. É notório que as perspectivas integracionistas e o sonho inspirado por Simón Bolívar permanece presente no pensamento latino-americano até hoje. . O processo integracionista da América Latina e Caribe pode ser analisado pela teoria pós-colonialista, sendo utilizada como uma forma reconhecer a região como peça fundamental para as Relações Internacionais, conforme veremos no próximo tópico.

1.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL SOB O PRISMA DA TEORIA PÓS-COLONIALISTA: identidade latino-americana e caribenha

A questão da identidade latino-americana e caribenha é um tema que ganha espaço. Esse o assunto vem tendo reconhecimento e baseia-se no sentimento de pertencimento, de totalidade entre os países. Para Bruit (*apud* VIEIRA;CASTAÑEDA, 2009) a expressão do termo latino-americano vem se popularizando como expressão de identidade, em decorrência da sua subordinação e dependência, em especial vinda dos Estados Unidos. De acordo com o mesmo, as discussões sobre nossa identidade popularizaram-se após a Segunda Guerra Mundial, mostrando sempre a preocupação com as questões autóctones.

Os Estados Unidos sempre ambicionaram uma posição hegemônica na América Latina. A doutrina Monroe⁶ formulou o princípio “uma América para os americanos”, assim, esse pan-americanismo seria uma alternativa ao colonialismo português, hispânico e britânico. A tradição de resistência de mais de um século teve seu início em Bolívar, que concebia a relação com os Estados Unidos como uma luta antiimperialista.

Tratando das perspectivas da integração regional, Santos (2004, p.447) afirma que um dos principais limites à integração regional é a dificuldade política de estabelecê-la, um dos seus custos foi o rompimento com o pan-americanismo e em decorrência disso houve um choque com a hegemonia norte-americana sobre a região. Assim, a integração da América Latina depende da sua capacidade de gerar instâncias autônomas de decisão, instituições e estruturas sociais e políticas capazes de garantir a soberania de cada país. Uma questão fundamental para o movimento de integração latino-americana é:

A possibilidade do fortalecimento dessas iniciativas locais, sub-regionais e regionais passa pela pressão do Terceiro Mundo por uma Nova Ordem Internacional em todos os planos que retire esses países de uma postura defensiva de nações avassaladas para incluí-los na dimensão dos povos criadores de idéias, ideais, políticas e ações internacionais. (SANTOS T., 2004, p.450)

Santos (2004, p.452) acredita que o que falta no Terceiro Mundo é a soberania nacional, assim é necessário apostar nas políticas de integração. Entretanto, uma política de integração das nações dependentes e colonizadas encontrará resistências ou tentativas de cooptá-las,

⁶ A Doutrina Monroe inaugura uma política externa cujos alinhamentos principais estarão presentes nas relações com a América Latina e o Caribe no decorrer do século XIX e boa parte do século XX.. (AYERBE, 2004, p.2)

desviando-as de seu objetivo inicial. Uma dessas resistências viria por parte dos Estados Unidos, país este que pode ser incorporado nas discussões pós-coloniais contemporâneas.

A partir da análise da criação da CELAC, é importante destacar que essa ideia de unidade repousa no fato de que os países latinos possuem identidades compartilhadas, todos passaram pelo período colonial, sob a condição de colônias. Assim, deve ser criado um espaço próprio para a região poder lutar contra a resistência das vertentes colonialistas.

Podemos notar que a inserção das relações entre Estados Unidos e América Latina nos estudos pós-coloniais justifica-se pelo fato de as repúblicas latino-americanas terem sido a região onde a dominação pós-colonial dos estadunidenses foi intensamente praticada. Castro parafraseando Santos reafirma:

[...] a dependência não é simplesmente um “fator externo” com conseqüências internas historicamente inexoráveis, sendo possível e desejável a mudança da estrutura doméstica dos países subdesenvolvidos e o conseqüente enfrentamento com a estrutura internacional como único caminho de superação da dependência. (SANTOS *apud* CASTRO, 2001, p.33)

No contexto de superação da dependência, uma das correntes teóricas que pode explicar o desejo da América Latina e Caribe na sua libertação, é a teoria pós-colonialista das Relações Internacionais. Tal movimento se originou nas áreas de crítica literária e da antropologia, alcança a disciplina em 1970, mas só na década de 1990 é que se percebe um desenvolvimento mais sistemático dessa abordagem, e seu maior reconhecimento enquanto corpo analítico das Relações Internacionais. Nogueira e Messari (2005, p.228) apontam a teoria pós-colonialista como principal contribuição de acadêmicos que não são norte-americanos ou da Europa ocidental para as Relações Internacionais, desde a Teoria da Dependência.

Tickner (*apud* Smith, 2008, p.11) explica como as adaptações das teorias existentes nas Relações Internacionais ocorreram na América Latina, onde:

Although dominant U.S. discourses are present in regional analyses of international problems, they have been appropriated and molded to the Latin American context, suggesting that the flow of knowledge from the United States has been adjusted to fit conditions in the region (Idem, p.11).⁷

⁷ “Embora os discursos dominantes dos EUA estejam presentes nas análises regionais dos problemas internacionais, eles têm sido apropriados e moldado para o contexto latino-americano, sugerindo que o fluxo de conhecimento dos Estados Unidos seja ajustado de acordo com as condições da região” [tradução livre] (TICKNER *apud* SMITH, 2008, p.11).

Dessa maneira, existiu um diálogo teórico para adaptar teorias tradicionais de Relações Internacionais para a análise regional, como o Realismo periférico, que seria o realismo adaptado tendo em conta as experiências do mundo em desenvolvimento. Assim reconheceu-se a necessidade de uma teoria das Relações Internacionais voltada para o Terceiro Mundo. Boaventura de Sousa Santos (2004) define pós-colonialismo como:

Um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas ciências sociais, que tem em comum darem primazia teórica e políticas às relações desiguais entre Norte e Sul na explicação ou compreensão do mundo contemporâneo. (SANTOS B., 2004, p.8)

E ainda ressalta que:

Tais relações foram constituídas historicamente pelo colonialismo e o fim do colonialismo enquanto condição política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória (*Idem*, p.8).

Já para Leela Gandhi, o pós-colonialismo é “a disciplinary project devoted to the task of revisiting, remembering and, crucially, interrogating the colonial past”⁸ (LEELA *apud* SIL, 2008, p.4). Os estudos pós-coloniais transformam a relação conflituosa entre o passado e o presente numa relação entre o colonizador e o colonizado. Essas minorias incluem aqueles que estão do âmbito da economia global, o “marginal”. Em outras palavras, o pós-colonialismo emerge do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das minorias. Dessa forma:

O conceito de pós-colonialismo tem sido uma das formas chave de agrupamento de importantes movimentos sociais na América Latina hoje. O conceito de pós-colonialismo é entendido como um processo de crítica à colonialidade do poder através do qual a produção do conhecimento e sua classificação passa a estar relacionados à demarcação entre o colonial e o pós-colonial (Mignolo, 2003; Quijano, 1997; Santos, 2006.)⁹

É defendida a emancipação do conhecimento ocidental e das relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação do Sistema Internacional, pois, “a perspectiva pós-colonial parte da idéia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis” (SANTOS B., 2004, p.10). Destarte, as teorias pós-coloniais ajudam a explicar os fenômenos sociais entre estados-nação e regiões.

⁸ “um projeto disciplinar dedicados à tarefa de rever, lembrar e, crucialmente, interrogar o passado colonial.” [Tradução livre] (LEELA *apud* SIL, 2008, p.4).

⁹ Informação disponível em: < <http://www.cesamericalatina.org/conferencia/proposta.htm> > Acesso em: 12 de maio de 2011.

Como já demonstrado, todos os seus países foram, em alguma altura, colônias de potências europeias, as influências mútuas na procura de independência são inquestionáveis. As relações entre os Estados Unidos e América Latina são descritas como dominação do norte, e em contrapartida a América Latina tenta se defender por meio de diferentes estratégias, uma delas seria através da integração regional.

De acordo com Colas (*apud* Costa, 2009) “podemos ver a América Latina como pós-colonial antes mesmo do surgimento do discurso colonial e pós-colonial na academia norte-americana nos anos 80” (p.71). De acordo com o autor, “a inclusão da América Latina nos debates sobre o pós-colonial transforma o próprio campo dos estudos pós-coloniais, possibilitando formas mais sofisticadas de compreensão da pós-colonialidade” (Idem, p.72).

Quando trazemos para o contexto latino-americano, o termo pós-colonial possui uma polissemia de conceitos, Costa (2009) utiliza as categorias definidas por David Slater para explicitar as divergências interpretativas sobre esse termo, dividindo em três pontos:

Primeiro, o pós-colonial, diferentemente de outros pós (como pós-marxismo, pós-estruturalismo, pós-modernismo), pode ser definido em relação a um período histórico marcado pelo processo de colonização. No entanto, a periodização do colonialismo e sua constituição interna variam bastante (basta vermos as diferenças entre a colonização na América Latina e na África e Ásia). Segundo, o pós-colonial pode ser associado ao pós-moderno e ao pós-estrutural no sentido de que existe como uma forma de análise crítica, onde noções como diferença, agenciamento, subjetividade, hibridismo e resistência desestabilizam discursos eurocêntricos sobre a modernidade e enfatizam a inseparabilidade do colonialismo e do imperialismo na formação e difusão de valores iluministas. Terceiro, o pós-colonial pode ser utilizado para ressaltar o papel mutuamente constitutivo do colonizador e do colonizado (ou do centro e da periferia) na análise das relações de poder (SLATER *apud* COSTA, 2009, p.73).

Esses três pontos são inter-relacionados, o pensamento pós-colonial pensa a partir das margens, e pensa as margens em relações imperiais-coloniais de poder. Assim, surgem práticas de resistência e novas formas de identidade feitas através das críticas da estrutura de poder. A projeção da América Latina e Caribe no sistema internacional e seu pensamento como região autônoma é parte da tarefa do pensamento pós-colonial e uma forma de avanço nesse processo. Tem em vista um maior reconhecimento e em decorrência das identidades compartilhadas, os países latino-americanos e caribenhos pretendem apostar na unificação, a CELAC seria uma maneira de resgatar esse pensamento, e fazer com que pela primeira vez a região possua uma organização própria, como pode ser observado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II.

A CRIAÇÃO DA CELAC: a unificação latino-americana e caribenha

Com vistas a fortalecer as relações entre os países da região, o ex-presidente do Brasil, Luíz Inácio Lula da Silva, decidiu convocar a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC). Reuniram-se em Salvador, Bahia, Brasil, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2008, com o propósito de aprofundar a integração regional e estabelecer compromissos efetivos de ação conjunta para a promoção do desenvolvimento sustentável de seus povos. Foi iniciativa inédita, pois, pela primeira vez na história, todos os países da América Latina e do Caribe reuniram-se a partir de agenda e perspectiva próprias. Como pode ser notado pela Declaração de Salvador:

Expressaram a convicção de que a integração política, econômica, social e cultural da América Latina e do Caribe é uma aspiração histórica de seus povos e constitui fator necessário para avançar em direção ao desenvolvimento sustentável e ao bem-estar social em toda a região. Recordaram também a importância da integração regional para a interação da América Latina e do Caribe com o resto do mundo (DECLARAÇÃO DE SALVADOR, 2008, p.1).

Em fevereiro de 2010 foi realizada a “Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe” que teve lugar em Riviera Maya, no México. Nessa oportunidade foi criada a CELAC e fará com que a região tenha uma voz uníssona nos fóruns multilaterais. A Declaração da Cúpula da Unidade estabelece que a CELAC abrigará todos os 33 países da região e herdará o patrimônio de concertação política do Grupo do Rio e a agenda de integração e desenvolvimento da CALC. Na Cúpula da Unidade, que congregou a XXI Cúpula do Grupo do Rio e a II CALC, foi decidido criar a CELAC, com base na fusão do Grupo do Rio (G-Rio) e da CALC. Segundo o Ministério das Relações Exteriores:

A convergência da CALC e do G-Rio ocorrerá de forma gradual. Ambos os mecanismos manterão suas agendas e métodos de trabalho até a conclusão do processo de constituição da CELAC pela adoção de seu documento constitutivo. (MRE)¹⁰

Será abordado, sucintamente, as contribuições dadas pelo G-Rio e a CALC para a integração latino-americana e caribenha. O Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe, estabelecido no Rio de Janeiro em 1986,

¹⁰ Informação disponível em; < <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/celac>> Acesso em: 08 de junho de 2010.

por meio da Declaração do Rio de Janeiro e conhecido como Grupo do Rio, caracteriza-se pelo baixo grau de institucionalização que lhe permite grande flexibilidade de procedimentos. A contribuição do G-Rio é resultado da sua experiência de duas décadas de coordenação política e construção da confiança entre os países da região. Funciona com base em reuniões de cúpulas anuais e suas decisões são adotadas por consenso.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, na *Declaração do Rio de Janeiro*, 1986, foram fixados os principais objetivos do Mecanismo:

- Ampliar e sistematizar a cooperação política entre os governos dos países membros;
- Examinar questões internacionais que sejam de interesse e concertar posições comuns em relação as mesmas;
- Promover o melhor funcionamento e a coordenação dos organismos latino-americanos de cooperação e integração;
- Apresentar soluções próprias aos problemas e conflitos que afetam a região;
- Impulsionar iniciativas e ações destinadas a melhorar, por meio do diálogo e da cooperação, as relações interamericanas;
- Explorar conjuntamente novos campos de cooperação que favoreçam o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico;¹¹

As contribuições do G-Rio se somarão as iniciativas concretas de cooperação econômica em áreas relacionadas à integração e ao desenvolvimento aportadas pela CALC, que foi feita por iniciativa do Brasil e se realizou na Costa do Saúpe, Bahia, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2008. Ela foi criada para reunir todos os países da América Latina e do Caribe em torno de uma agenda comum, pois esses países enfrentam desafios semelhantes com relação aos seus projetos de integração regional e de desenvolvimento econômico e social e, dessa forma, devem buscar soluções coletivas a esses desafios

É observado que os Chefes de Estado dos países da América Latina e do Caribe reuniram-se com o propósito de aprofundar a integração regional e estabelecer compromissos de ação conjunta para a promoção do desenvolvimento sustentável de seus povos. Recordando dessa forma, a importância da integração regional para a interação da América Latina e do Caribe com o resto do mundo.

Ao final do encontro, os Chefes de Estado e de Governo adotaram a “Declaração de Salvador”¹². Acordaram também dar continuidade à CALC. Dessa forma, o México

¹¹ Informações disponíveis em <<http://www2.mre.gov.br/daa/grio.htm>> Acesso em: 17 de março de 2011.

¹² No preâmbulo da Declaração de Salvador, os Mandatários da América Latina e do Caribe destacam a importância da integração regional, da cooperação, do desenvolvimento sustentável, da erradicação da pobreza e da promoção da justiça social e da democracia. Expressam sua preocupação com a crise ambiental, financeira,

informou seu desejo de realizar a II CALC, em 2010 e a Jamaica comunicou que faria a Reunião Ministerial preparatória para a II CALC. Já a Venezuela indicou que organizaria a III CALC, que acontecerá em julho de 2011. Todos esses fatores vão contribuir para o surgimento da CELAC, dando base a nova organização.

Na Declaração de Salvador é destacada a cooperação entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração, buscando:

Fortalecer a cooperação entre as secretarias dos mecanismos regionais e sub-regionais de integração e propiciar a realização de reuniões e a interação frequente entre as secretarias.

Estabelecer temas prioritários para a colaboração de mecanismos regionais e sub-regionais de integração e encomendar um estudo sobre as possibilidades de complementação. (DECLARAÇÃO DE SALVADOR, 2008, p.6)

A Reunião Ministerial Preparatória para a II CALC realizou-se em novembro de 2009, na Jamaica, e aprovou o “Plano de Ação de Montego Bay”.¹³

O Plano estabelece iniciativas concretas nas seguintes áreas: cooperação entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração; crise financeira internacional; energia; infra-estrutura; desenvolvimento social e erradicação da fome e da pobreza; segurança alimentar e nutricional; desenvolvimento sustentável; desastres naturais; e mudanças climáticas. (MRE)¹⁴

Os resultados alcançados pela CALC:

- Primeira reunião de chefes de Estado e de Governo latino-americanos e caribenhos sem tutela externa.
- Adoção da Declaração de Salvador (I CALC, dez. 2008), que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da região em diversas áreas, bem como para a cooperação entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração.
- Adoção do Plano de Ação de Montego Bay (Jamaica, 6/11/09 - Reunião de Ministros das Relações Exteriores da CALC), que estabelece a necessidade de se promover o diálogo e a cooperação entre mecanismos regionais e sub-regionais de integração com o objetivo de iniciar processo de convergência em áreas prioritárias. Para tanto se determina que o diálogo entre os mecanismos de integração estaria estruturado em quatro grandes áreas: (i) econômico-comercial; (ii) produtiva; (iii) social e institucional; e (iv) cultural.
- Adoção da Declaração de Cancún na II CALC (Cúpula da Unidade, 23/02/10), que reitera e complementa as diretrizes de Salvador e Montego Bay.

alimentar e energética. Afirmam, em particular, a importância de manter o diálogo e a cooperação permanente, a fim de fazer frente aos referidos desafios.

¹³ O cronograma para implementar o Plano de Ação de Montego Bay prevê reuniões sobre diversos temas, como crise financeira internacional, energia, infra-instrutora, cultura, entre outros. Nessas reuniões, os Ministérios brasileiros serão chamados a participar em suas respectivas áreas de atuação.

¹⁴ Informação disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/calc> > Acesso em: 8 de junho de 2010.

- Na última reunião de Ministros das Relações Exteriores da CALC (Caracas, 02 e 03/07/10) foi aprovado Programa de Trabalho para implementação, no período 2010-2011, dos mandatos da CALC, plasmados nas Declarações de Salvador e de Cancún, bem como no Plano de Ação de Montego Bay. O programa constitui cronograma de reuniões sobre os diversos temas previstos no Plano de Ação de Montego Bay, em preparação para a III CALC, que se realizará em Caracas em julho de 2011.¹⁵

Os chefes de Estado dos países da América Latina e do Caribe se reuniram na Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2010 e elaboraram um documento que reafirmava a convicção de avançar de maneira decidida em direção a uma organização que compreenda todos os Estados da América Latina e do Caribe. O documento também reafirma a necessidade de realizar esforços, com nossos povos, para permitir avançar na unidade e na integração política, econômica, social e cultural, avançar no bem-estar social, na qualidade de vida, no crescimento econômico e promover o nosso desenvolvimento independente e sustentável, sobre a base da democracia, da equidade e da mais ampla justiça social.

A Declaração da Cúpula da Unidade, em um trecho do seu preâmbulo, revela a importância desse novo bloco na satisfação do interesse das nações latino-americanas e caribenhas. Como observado a seguir:

Ratificando a nossa decisão de promover a articulação e a convergência de ações, por meio do intercâmbio de experiências e da identificação de **áreas de cooperação** entre os **distintos mecanismos de integração**, sobre a base dos princípios de solidariedade, flexibilidade, pluralidade, diversidade, complementaridade de ações e participação voluntária nas iniciativas consideradas.

Renovando o nosso compromisso com o **desenvolvimento regional integrado**, não excludente e equitativo, tomando em consideração a importância de assegurar um tratamento favorável às economias pequenas e vulneráveis, aos países em desenvolvimento sem litoral marítimo e insular.

Reiterando também o nosso compromisso com a construção de uma ordem internacional mais justa, equitativa e harmoniosa, fundada no **respeito ao Direito Internacional** e aos princípios da Carta das Nações Unidas, entre estes a igualdade soberana dos Estados, a solução pacífica de controvérsias, o **respeito à integridade territorial** e a não intervenção nos assuntos internos dos Estados.

Reafirmamos o nosso compromisso com a defesa da soberania e do direito de todo Estado a construir o seu próprio sistema político, livre de ameaças, agressões e medidas coercitivas unilaterais num ambiente de paz, estabilidade, justiça, democracia e respeito aos direitos humanos.

Sublinhando a necessidade de contar com um **espaço regional próprio** que consolide e projete a identidade latino-americana e caribenha com base em princípios e valores comuns e nos ideais de unidade e democracia de nossos povos [...] [Grifo nosso] (PREÂMBULO DA DECLARAÇÃO DA CÚPULA DA UNIDADE DA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2010, p.1)

¹⁵ Informação disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/1.2.1-america-central-e-caribe-calc>> Acesso em: 30 de outubro de 2010.

É necessário destacar que a CELAC se apresenta como um diferencial nas relações entre os países latino-americanos e caribenhos, pois pela primeira vez houve consenso sobre o surgimento de uma organização que pretende impulsionar a integração regional. As perspectivas desse novo processo de integração serão abordadas no próximo ponto.

2.1. PERSPECTIVAS DA CELAC E A RELEVÂNCIA DA OEA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE

Segundo a declaração final da cúpula, que tem 88 parágrafos, a CELAC será um espaço regional próprio que reúne todos os Estados latino-americanos para consolidar a identidade latino-americana e caribenha. Na Cúpula da Unidade foi decidido:

1. Constituir a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos como espaço regional própria que reúna todos os Estados Latino-americanos e Caribenhos.
 2. Consolidar e projetar, a nível global, mediante a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos a identidade latino-americana e caribenha com fundamento, entre outros, nos seguintes princípios e valores comuns:
 - O respeito ao direito internacional;
 - A igualdade soberana dos Estados;
 - O não uso nem a ameaça do uso da força;
 - A democracia;
 - O respeito aos direitos humanos;
 - O respeito ao meio ambiente, tendo em conta os pilares ambiental, econômico e social de desenvolvimento sustentável;
 - A cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável;
 - A unidade e integração dos Estados da América Latina e do Caribe;
 - Um diálogo permanente para promover a paz e a segurança regionais.
- (DECLARAÇÃO DA CÚPULA DA UNIDADE, 2010, p.3)

Ficou estabelecido “que a CELAC, trabalhará sobre a base de: solidariedade, inclusão social, equidade e igualdade de oportunidades, complementaridade, flexibilidade, participação voluntária, pluralidade e diversidade” (Declaração da Cúpula da Unidade, 2010, p.3). Todavia, a CELAC parece redundante ante a existência da OEA. Em seu artigo 3º da Carta, a OEA estabelece os seguintes princípios:

- O direito internacional é a norma de conduta dos Estados em suas relações recíprocas;
- A ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados e pelo cumprimento fiel das obrigações emanadas dos tratados e de outras fontes do direito internacional;
- A boa fé deve reger as relações entre os Estados;

A solidariedade dos Estados americanos e os altos fins a que ela visa requerem a organização política dos mesmos, com base no exercício efetivo da democracia representativa; [...]

Os Estados americanos condenam a guerra de agressão: a vitória não concede direitos; [...]

Os Estados americanos proclamam os direitos fundamentais da pessoa humana, sem fazer distinção de raça, nacionalidade, credo ou sexo [...] ¹⁶

É indispensável salientar que o novo bloco não deve substituir a OEA, esta continuará sendo útil para facilitar o diálogo e a cooperação dos países latino-americanos e caribenhos com Estados Unidos e Canadá. O secretário geral da OEA, José Miguel Insulza, (FOLHA, 2010) afirmou que o novo bloco não competiria com a organização, e que seria uma forma de estimular a integração, ressaltando ainda que a OEA tem um papel importante a desempenhar em coisas de caráter hemisférico. A OEA é considerada o principal fórum das relações regionais dos últimos 50 anos, (SEITENFUS, 2008, p.262) foi criada em 30 de abril de 1948, em Bogotá, Colômbia, durante a IX Conferência Internacional Americana. Os objetivos primordiais da organização são: compromisso com a democracia, fortalecimento dos direitos humanos, e a garantia da paz e da segurança no continente.

Entretanto, na reunião em que foi criado o novo bloco, foram discutidas questões acerca da ineficiência da OEA. Fagundes (2010, p.17) observa o que a proposta do multilateralismo que inspirou a fundação da OEA ficou quase sempre em segundo plano, a sua origem foi decorrente da formação na América Latina de um aparelho pan-americano. A organização prestara importantes serviços aos interesses norte-americanos na região, alcançando seu auge ao expulsar Cuba em 1962. ¹⁷

A OEA é alvo de críticas, sobretudo em relação a falta de ação da organização sobre a crise envolvendo a Argentina e a Inglaterra. A postura da OEA em relação à Guerra das Malvinas é apenas mais um dos atritos entre os países latino-americanos e a organização. Na CALC, os chefes de Estado e de governo presentes reafirmam seu respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania com a Grã-Bretanha sobre a "questão das Ilhas Malvinas" ¹⁸. Os líderes latino-americanos pedem para que Grã-Bretanha e Argentina retomem negociações para alcançar uma solução justa, pacífica e definitiva.

¹⁶Os princípios do artigo 3º da Carta da OEA encontra-se disponível em:

<[http://www.oas.org/juridico/portuguese/carta.htm#Capítulo III](http://www.oas.org/juridico/portuguese/carta.htm#Capítulo%20III) > Acesso em: 11 de novembro de 2010.

¹⁷ Cuba foi suspensa da Organização dos Estados Americanos em 1962 por causa do sistema político socialista da ilha. Em 2009, a OEA decidiu aceitar novamente os cubanos no bloco, mas Cuba rejeitou (O POPULAR, 2010).

¹⁸ As disputas entre a Argentina e a Inglaterra envolvendo as ilhas Malvinas, sob controle britânico desde 1833, já foi objeto de uma guerra em 1982, quando os argentinos foram derrotados após tentarem uma invasão. O território pertence à Grã-Bretanha, mas ele fica geograficamente próximo do litoral da Argentina, que reivindica a soberania sobre a região desde o século XIX.

Apesar da derrota das tropas argentinas, o governo mantém uma reivindicação pela soberania das ilhas na ONU e defende sua jurisdição sobre as Malvinas, pois acreditam que herdaram o território dos colonizadores espanhóis, que disputaram a soberania do arquipélago no século XVIII com os britânicos. O principal argumento britânico para manter a soberania sobre as Malvinas é que, hoje, a população local é britânica e prefere manter os laços coloniais.

Na reunião do México em 2010, o ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva disse que o Conselho de Segurança das Nações Unidas "deve reabrir" a discussão em torno da jurisdição sobre as Ilhas Malvinas, em disputa entre Argentina e Grã-Bretanha. Lula questionou tanto a postura da Grã-Bretanha como a da ONU no episódio¹⁹.

A CALC se posicionou em relação a essa temática declarando que no âmbito da OEA, questão das Malvinas é um tema de interesse hemisférico. Reafirmando que a Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte retomem, o quanto antes, as negociações sobre a disputa de soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes, visando encontrar uma solução pacífica a esta prolongada controvérsia.²⁰

Fagundes (2010, p.17) destaca a notória ineficiência da OEA na resolução desse conflito, a Organização durante a Guerra das Malvinas esteve ao lado dos ingleses, demonstrando desrespeito aos acordos continentais. O papel de guardião da democracia regional da OEA também vem sendo criticado, depois dos seus infrutíferos esforços para reverter o golpe de Estado na América Latina, como o que ocorreu em Honduras em junho de 2010.²¹

A OEA também mostrou ineficiência na resolução da crise diplomática entre a Colômbia e a Venezuela que teve seu auge em 2008, quando o governo colombiano bombardeou um acampamento das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) em território equatoriano, e voltou a se intensificar em 2009, com a autorização da Colômbia para que os Estados Unidos instalem bases militares no seu território. A resolução desse

¹⁹ Informação disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/discurso-durante-a-sessao-de-encerramento-da-xxi>> Acesso em: 30 de outubro de 2010.

²⁰ Maiores detalhes sobre a declaração da CALC disponível em: <http://en.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2228> Acesso em: 17 de março de 2011.

²¹ A crise política de Honduras, recrudescida desde meados de março de 2009, quando José Manuel Zelaya Rosales (Partido Liberal) intencionou realização de consulta popular sobre mudanças constitucionais em favor de reeleição presidencial (SILVA, 2010, p.1).

conflito não se deu na OEA, mas dois meses depois na República Dominicana na reunião do Grupo do Rio²².

Entretanto, a grande questão é descobrir se há capacidade de superar os conflitos e assimetrias entre os países dentro da CELAC. Analistas ouvidos pelo “jornal O POPULAR” se dividem sobre os benefícios da nova organização. Para o analista político peruano Álvaro Vargas Llosa, as divisões no continente não permitirão que o novo fórum funcione da maneira como foi concebido, ele estava se referindo aos desentendimentos entre Venezuela e Colômbia²³. As divergências entre os países ameaçaram manchar o discurso de unidade anunciado pelo anfitrião da cúpula, o presidente do México, Felipe Calderón. Possuindo um pensamento diferente, o professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) Virgílio Arraes argumenta que as diferenças diplomáticas fazem parte do processo e afirma que:

Há 60 anos, ninguém imaginava que França e Alemanha pudessem ser hoje dois grandes parceiros na União Européia. São questões circunstanciais. De acordo com o mesmo, a integração vai ocorrer se os maiores países da região – México, Brasil e Argentina – o quiserem. E se referindo as trocas de farpas entre Uribe e Chávez indaga que: Essas questões (brigas entre presidentes) são comparadas à espuma do mar. Vêm com aquela intensidade, mas se vão como refluxo da onda (ARRAES, Jornal O POPULAR, Goiânia, 2010).

Acreditando no espírito conciliador da Cúpula da Unidade e demonstrando a sua eficiência em resolver conflitos, os desentendimentos entre os países foram contornados, houve um acordo para criar um grupo de países amigos para ajudar a Venezuela e a Colômbia a eliminar suas diferenças, formado pelo Brasil, Argentina, República Dominicana e México²⁴. Isso representa um bom sinal para as relações entre os países e já pode ser considerado como um dos problemas já resolvidos dentro da nova organização. Nesse contexto, podemos notar que em meio à inércia da OEA, surgem caminhos alternativos, como a criação CELAC que já se mostra eficiente.

²² Informação disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080307_cupula_apertodemaosrg.shtml> Acesso em: 17 de março de 2011.

²³ O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ameaçou deixar a cúpula de países da América Latina e do Caribe, após uma discussão com o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe. Os motivos da discussão foram as reclamações de Uribe no tratamento dado pela Venezuela às empresas colombianas, Chávez argumentou que o comércio entre os dois países cresceu oito vezes desde que ele chegou ao poder, em 1999. Continuando, Chávez teria acusado Uribe de planejar seu assassinato por um esquadrão paramilitar e fez menção de deixar o encontro. Informação disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/02/100223_cupula_briga_rw.shtml> Acesso em: 25 de março de 2011.

²⁴ Informação disponível em: <[://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/02/100223_cupula_briga_rw.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/02/100223_cupula_briga_rw.shtml)> Acesso em 25 de março de 2011.

Analisando as perspectivas da OEA, Seitenfus (2008, p.275) afirma que muitas vezes reclamam que a constituição dessa organização se torne puramente latino-americana, contudo o autor ressalta:

ora, o fato de afastar os Estados Unidos de uma hipotética nova organização, não terá condão de transformar a realidade de poder na região. Ao contrário, pois Washington se sentirá mais livre para adotar iniciativas ditadas pelo seu exclusivo interesse nacional (SEITENFUS, 2008, p.275-276).

O autor supracitado admite que o caminho a ser percorrido deva ser o inverso, afirma que:

A OEA poderia vir a tornar-se um valioso instrumento de cooperação para manutenção da paz e segurança nas Américas, bem como alavanca para o desenvolvimento socioeconômico e instrumento útil para a preservação do Estado de Direito (Idem, p.276).

O Protocolo de Reformas da Carta da OEA ou Protocolo de Washington aponta para eventuais mudanças e seria um indício para mudar a organização. Contudo, a OEA desempenha papel pouco relevante e tem na questão cubana o seu “calcanhar de Aquiles”. A política intervencionista dos Estados Unidos no período de 1961-68 tem como referência as ações contra Cuba (AYERBE, 2005, p.126), como podemos notar a seguir:

Em janeiro de 1962, Cuba é expulsa da OEA.
Em fevereiro, os Estados Unidos decretam o bloqueio econômico do país, o que incluiu a proibição de todas as importações de produtos de origem cubana ou importados por Cuba. (AYERBE, 2005, p.133)

No período de Guerra Fria, a disputa entre os blocos capitalista e comunista refletiu em toda a estrutura do sistema internacional. Na América Latina a bipolaridade reafirmou a posição dos Estados Unidos como força hegemônica no continente, e com a política externa da Doutrina Truman, houve monitoramento dos governos da região. Dessa maneira, em inúmeros episódios ao longo da Guerra Fria a OEA permaneceu imóvel ou apoiou as manobras do governo dos Estados Unidos (FAGUNDES, 2010, p.17).

A disputa entre Cuba e Estados Unidos, em 1962, com a chamada “crise dos Mísseis”²⁵, o alinhamento de Havana com Moscou foi determinante para justificar a expulsão de Cuba da instituição que posteriormente sofreria também um bloqueio econômico que permanece até hoje. A expulsão de Cuba da OEA é considerada como mais um ponto frágil da organização.

²⁵ O episódio conhecido como Crise dos Mísseis, foi um dos momentos de maior tensão da Guerra Fria. Estados Unidos identificaram por fotos de satélite a instalação de mísseis nucleares em território cubano. Com isso houve uma enorme tensão entre Estados Unidos e União Soviética. (LOHBAUER, 2008, pp. 145-146)

Já referente ao bloqueio econômico, alguns países latino-americanos se posicionam contra, e algumas ações podem ser notadas no âmbito da OEA:

Em 1973, o Peru propõe na OEA a discussão sobre o levantamento do bloqueio a Cuba. A proposta obtém pouco apoio do restante dos países. [...] Em 1974 em Tlatelolco (México), os países latino-americanos exigem o fim das sanções contra Cuba, o que se concretiza em parte na XVI Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores da OEA de 1975, que aprova uma resolução, com voto favorável dos Estados Unidos, liberando “os países membros da obrigação de aplicar sanções de 1964 ... As sanções de 1962 que denegavam Cuba da participação no Sistema Interamericano não foram mencionados e continuaram vigentes. (AYERBE, 2005, p.164)

Em decorrência da falta de ação da OEA nesse e em outros casos que envolvem a América Latina e Caribe, a CELAC é vista como uma versão alternativa. Pois, historicamente a OEA esteve mais próxima da política externa dos Estados Unidos. Como observado por Seitenfus (2008):

A OEA representa a forma institucionalizada do pan-americanismo pós Segunda Guerra Mundial. Dotada de uma pesada e ineficiente estrutura institucional, a organização foi colocada sob o mandato da problemática geral das relações internacionais.

A primeira manifestação desta submissão da organização aos interesses do sócio mais poderoso foi a luta constante contra os regimes nacionais e comunistas latino-americanos. Por um lado, a intervenção na Guatemala em 1954, a expulsão de Cuba em 1962 e a intervenção na República Dominicana em 1965 contrastam com a complacência com as ditaduras militares na América Latina ao longo dos anos 1960-1980 e demonstram que a organização estava a serviço de uma causa ideológica. [...] Concebido para ser um fórum de consultas e debates, onde os parceiros deveriam encontrar-se em perfeita igualdade jurídica, o sistema interamericano rapidamente transformou-se num sistema de alianças assimétrico. Portanto, a OEA refletiu os dilemas e contradições da Guerra Fria servindo como biombo institucional à manifestação do poder dos Estados mais fortes, essencialmente dos Estados Unidos (p.274-275).

O período da década de 1980 em que a América Latina teve que confrontar importantes desafios econômicos e políticos:

[...] surgiram questões tais como os conflitos na América Central, o narcotráfico, a Guerra das Malvinas, o crescimento da dívida externa e a crise econômica, que transforma o período na chamada década perdida na América Latina. As tentativas para resolver tais dilemas transcorrem longe do alcance da OEA.

Novos fóruns criados como o Grupo do Rio, o de Contadora, o de apoio a Contadora, o SELA, as integrações econômicas regionais e as negociações bilaterais, tentando contornar a possível falência financeira dos Estados latino-americanos. A OEA somente foi notada em razão de sua cabal incapacidade para enfrentar estas questões (*Idem*, p.275).

Nesse contexto, Seitenfus (2008, p.277) afirma que existem dois caminhos para que uma OI que tenha perdido a sua razão de ser: ou encontra novas funções e objetivos, ou desaparecerá. Este é o dilema em que a OEA está imersa, pois ela ainda não conseguiu adaptar-se às novas circunstâncias das relações internacionais. Ela é um organismo que não foi capaz de resolver as disputas regionais e pode ser considerada como uma organização burocrática.

Dessa forma é imprescindível salientar a importância da aposta nessa inovadora proposta de integração regional, visto as debilidades da organização supracitada. A CELAC foi aprovada pelos 25 chefes de Estado e de governo que participaram da Cúpula no México, inclusive Cuba, que se nega a reintegrar à OEA, depois de uma suspensão de quase meio século por pressões dos EUA, como já foi apresentado. A nova organização deverá ter um posicionamento melhor frente aos acontecimentos relevantes mundiais e funcionaria paralelamente à OEA, não tendo a intenção de acabar com a organização mencionada.

Nesse contexto em que a OEA que já não apresenta resultados satisfatórios, a crise dos sistemas de integração, de acordo com Schaposnik (1997, pp.14-15) obriga a recontar as convergências e os ganhos, aproveitar as experiências e iniciar um modelo alternativo que supere as deficiências dos processos em andamento e, por meio de análise, seriam feitas emendas e remendos a fim que a experiência seja aplicada como instrumento de contribuição para as integrações em curso. Assim, deve ser realizada uma integração que se comprometa em cumprir os objetivos delineados. Como ressalta Otto:

Para a região da América Latina e Caribe, à luz destes fatos, se torna obrigatório repensar sua situação e tenta, em meio às graves dificuldades que encontrar no caminho, definir uma estratégia própria de consenso que lhe permita enfrentar os novos desafios (OTTO, 2005, p.51).

Destacando a necessidade de uma organização que compreenda os diversos aspectos dos países latino-americanos e caribenhos é necessário para que a organização se efetive, levar em conta os interesses que cada Estado nação tem em vista.

[...] a dinâmica recente dos processos de integração econômica e os desafios do desenvolvimento latino-americano no atual contexto mundial exigem um esforço denodado – para o que é necessária uma clara vontade política dos governos da América Latina e do Caribe – a fim de impulsionar a Integração Regional (*Idem*, p.56-57).

Sendo assim, os países latino-americanos e caribenhos devem expressar o seu desejo e tomar medidas para a realização desse novo processo integracionista. Um forte desejo na sua concretização já é observado e poderá ser observado no terceiro capítulo desse trabalho.

CAPÍTULO III.

A VONTADE DA CONCRETIZAÇÃO DA CELAC: Um pensamento autonomista para a região

A criação da CELAC é parte de uma mudança continental, caracterizada pelo surgimento de blocos regionais que são parte do novo equilíbrio mundial. O jornal mexicano “La Jornada” apresenta a visão do advogado colombiano Óscar Guardiola-Rivera²⁶ sobre a nova organização, segundo Riveira:

La decisión de Latinoamérica de formar una Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (Celac), que también encuentra su inspiración en el sueño de la Unión Europea, es crucial (sic) para entender el orden mundial que nos llevará al siglo entrante²⁷ (LA JORNADA, 2010).

Muitos países latinos já declararam sua posição junto a CELAC, como é ressaltado na declaração do Presidente venezuelano Hugo Chávez e do Presidente boliviano Evo Morales, da seguinte forma: "Viemos com muita força apoiar a idéia de criar uma organização de repúblicas, uma organização do povo, distinta da Organização dos Estados Americanos [...]"²⁸. E ainda:

Para Chávez, o bloco sem os EUA prova que o mundo mudou, "que não será dominado pelo império norte-americano". Para o presidente boliviano, Evo Morales, a organização lançada vai permitir à América Latina que "se liberte dos Estados Unidos". A OEA é uma entidade que escuta mais os impérios do que os povos [...]" (O Estadão, 2010)²⁹

Para o ministro do Planejamento da Venezuela, Jorge Giordani a América Latina e o Caribe devem articular respostas capazes de deixar para trás as recorrentes crises do capitalismo e seu elevado custo social, segundo ele:

²⁶ Informação disponível em:

<<http://www.jornada.unam.mx/2010/12/22/index.php?section=opinion&article=01601pol>> Acesso em: 12 de maio de 2010.

²⁷ “A decisão latino-americana de formar uma Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), que também encontra sua inspiração no sonho da União Européia, é crucial para entender a ordem mundial que nos levará ao próximo século” [Tradução Livre]

²⁸ Informação disponível no site do jornal <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u697473.shtml>> Acesso em: 12 de maio de 2011.

²⁹ Informação disponível no site do jornal <<http://m.estadao.com.br/noticias/impreso,comunicado-final-cria-oea-do-b-sem-eua,515267.htm>> Acesso em: 12 de maio de 2011.

Es necesario definir y tomar sin demora medidas que nos permitan un mayor desarrollo, consolidar la estabilidad financiera, reducir asimetrías y generar una fuerte institucionalidad y solidez fiscal", apuntó al inaugurar la reunión preparatoria de cara al nacimiento de la Celac, previsto en esta capital el 5 y 6 de julio próximo.³⁰ (LA PRENSA, 2010)³¹

O documento constitutivo da CELAC revela que o novo bloco vai se transformar num espaço regional próprio que reúne todos os Estados latino-americanos para consolidar sua identidade. Esse é um desejo que os países estão vendo se tornar realidade, a criação um bloco que não conte com a presença de países de fora, em especial os Estados Unidos.

A oposição à hegemonia dos Estados Unidos é fácil de entender. No hemisfério americano esse país mostrou uma capacidade de opressão em seu próprio interesse. A consolidação do poder não pode ficar nas mãos de um só país, os interesses de nenhuma nação refletem os amplos interesses do hemisfério. Deve ser constituído um mundo multipolar que beneficiará todas as nações. Entretanto, para que a nova organização consiga influência, será exigida uma ação rigorosamente coordenada dos povos latino-americanos e caribenhos.

É importante salientar que a nova organização pretende ser reconhecida como autônoma, mas que, contudo, não tem a intenção de se isolar dos demais blocos da América Latina e Caribe. No documento da Cúpula da Unidade da América Latina e Caribe (2010, p.4) entre as metas do novo bloco está: promover a comunicação, cooperação, articulação, coordenação, complementaridade e a sinergia entre os organismos e instituições sub-regionais; e incrementar a nossa capacidade para desenvolver esquemas concretos de diálogo e cooperação internacional para o desenvolvimento, tanto dentro da região, quanto em outros Estados e atores internacionais.

Como foi observado no segundo capítulo, no que diz respeito à OEA, é necessário reafirmar que essa organização fracassou em alguns momentos e, nesse contexto, a América Latina e Caribe querem a concretização dessa nova proposta. Também existe restrição quanto à influência de países de fora da nova organização. Entretanto, isso não significa um corte nas relações com os norte-americanos, mas sim uma forma de demonstrar que a América Latina e Caribe podem tomar conta dos seus interesses sem interferências externas. Como é observado

³⁰ “É necessário definir e tomar medidas sem demora que nos permita um maior desenvolvimento, consolide a estabilidade financeira, reduza as assimetrias e gere uma forte institucionalidade e solidez fiscal, disse ele abrindo a reunião preparatória frente ao nascimento da CELAC prevista nesta capital, em 5 e 6 de julho do ano seguinte.” [tradução livre]

³¹ Informação disponível em: <http://www.prensa-latina.cu/index.php?option=com_content&task=view&id=290279&Itemid=6> Acesso em: 19 de maio de 2011.

na declaração do ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva feita na abertura da reunião da Cúpula da Unidade:

[...] nos reunimos, os líderes da América Latina e do Caribe, para afirmar nossa singularidade regional e debater sobre um futuro comum. Queremos dar respostas nossas para as aspirações de bem estar e prosperidade de nossos povos. Passados dois séculos desde nossas independências, esta é a primeira vez que a região une suas vozes.

Vivíamos uma mesma realidade, mas olhando para longe em busca de soluções e que, muitas vezes, estavam à mão, em nosso entorno. Esta Cúpula tem uma mensagem simples, mas fundamental: só superaremos os desafios da integração e desenvolvimento se assumirmos nossa vocação latino-americana e caribenha. Devemos fazê-lo sem espírito de confrontação com quem quer que seja. Nossa unidade deve ser entendida como contribuição para um novo mundo multipolar e multilateral. (Luiz Inácio Lula da Silva)³²

Lula discursou sobre a expectativa de concretização da nova organização, afirmando:

Não devemos ter receio de ousar, de estabelecer metas e objetivos ambiciosos, mas temos igualmente a responsabilidade e a obrigação de torná-los realidade para essa e futuras gerações. É com esse ânimo que a América Latina e o Caribe assumirão seu devido lugar no plano internacional. Queremos ser protagonistas e não meros espectadores nos teatros em que se decidem as perspectivas de bem-estar e prosperidade para nossos povos. (Idem)

Entretanto, os desafios latino-americanos e caribenhos são muitos, tais como: as crises financeiras, energética, alimentar e ambiental. Torna-se urgente para a região conjugar esforços e demonstrar liderança na busca de soluções inovadoras e solidárias. A América Latina e Caribe deram passos importantes em direção ao crescimento sustentado e à estabilidade econômica, a região já conta com diferentes mecanismos de integração, isso oferece um sólido ponto de partida.

Os países da região têm capacidade de superar os desafios que foram apresentados, e devem descobrir que podem e devem ser peças fundamentais para a solução dos problemas. Por esse motivo, é necessário refletir sobre o empenho dos povos latino-americanos e caribenhos para construção de uma ordem global mais justa e equilibrada, com a concretização da CELAC a região poderá traduzir as expectativas em projetos concretos.

A América Latina e Caribe possuem a vontade de se lançar com bases autônomas e, por isso, desde muito tempo tem se engajado em medidas integracionistas que pretendem desenvolver e conseguir a “independência” para a região, esse processo pode ser relacionado

³² Informação disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/al000030.pdf> > Acesso em: 22 de maio de 2011.

com a condição de dependência que os países latino-americanos estão submetidos no hemisfério americano.

De acordo com Theotonio dos Santos (1993, p.109), o movimento independentista latino-americano contou com a influência da revolução americana e seus ideais democráticos, como também sua ajuda econômica e militar. Nesse contexto, segundo o autor, os países da América Latina já nasceram devendo aos norte-americanos, continuando sua condição dependentista. Essa condição reforça o desejo desses países em se fazer notar.

De acordo com Tickner (2003, p.306) os estudos das Relações Internacionais na América Latina foram criados entre a década de 1960 e 1970 feitos no intuito de reduzir a visão política excessiva, a dependência econômica e intelectual produzida pelos EUA. A América Latina precisava criar o seu próprio conhecimento científico, teorias e métodos, derivados das suas realidades. A autora ressalta ainda que houve a criação de um modelo híbrido surgido a partir da mistura de teorias dos EUA e da América Latina criando bases para reflexões críticas sobre a autonomia. A teoria da dependência latino-americana foi criada como resposta às teorias produzidas nos Estados Unidos.

Para os analistas da teoria da dependência a condição latino-americana e caribenha é reforçada pelo binômio centro/periferia, na qual a condição subalterna da periferia seria determinada pelo centro e se baseavam no padrão desigual de acumulação de capital que enriquecia o norte e empobrecia o sul. Furtado admite que:

Na comunidade de nações que constituem o Terceiro Mundo – nações para as quais os problemas do desenvolvimento prevalecem sobre todos os demais – os países da América Latina ocupam uma situação particular, em razão da peculiaridade de suas relações com os Estados Unidos (FURTADO, 1978, p.21).

Fernando Henrique Cardoso e de Enzo Falleto (*apud* ZAGNI, 2008, p.12) reafirmam a história da América Latina como um apêndice da história da acumulação capitalista, de cujos antagonismos derivam o binômio: formas de dominação / formas de resistência. Nesse contexto:

O impedimento maior do desenvolvimento dos países periféricos seria sua dependência em relação à metrópole, os países centrais; e pela manutenção de uma infra-estrutura de dependência com a qual contribuía os próprios atores locais nos países subdesenvolvidos. A penetração que se daria pelo capital, tecnologia e cultura, ao invés de produzir a adição verificada na teoria da modernização, seriam fundamentais para a manutenção da relação de dependência, portanto nocivas (ZAGNI, 2008, p. 12).

O relacionamento dos países mais pobres e sua cooperação com os países ricos gerariam um padrão ‘dependente’ desenvolvendo os países poderosos e perpetuando a dominação. Theotonio dos Santos (*apud* CASTRO) afirma que:

A dependência é uma ‘situação condicionante’ mediante a qual um certo grupo de países tem a própria economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia, conduzindo os países dependentes a condição de atrasados e explorados em relação aos dominantes. Estes últimos dispõem do domínio tecnológico, comercial, financeiro e sócio-político [...] que lhes permite impor condições de exploração e extração de excedentes produzidos internamente (2001, p. 31-32).

Tickner (2003, p.309) afirma que perspectivas de dependência examinam a dependência externa reforçando a desigualdade e exclusão. Tanto a teoria da dependência quanto os estudos pós-coloniais são sensíveis aos efeitos do imperialismo local, subjetividades e interpretações da história. Os Estados Unidos tinham por finalidade liderar uma nova colonização dos países periféricos. Eram guiados pela lógica do lucro, do poder, por meio do qual seria disseminada sua ideologia, esse ideal cada vez mais ganhava corpo, personalidade e vontade. Nesse contexto, a autonomia latino-americana era anulada, pois de acordo com essa visão, só do centro fluiriam capital, tecnologia, poder militar, como também cultura para assimilação.

A dependência se manifesta através de inúmeras formas de dominação, econômica, política e cultural. De acordo com Tickner (*Idem*, p.318) os custos da dependência manifestam-se na viabilidade de Estado-Nação. Países dependentes recebem padrões econômicos, tecnológicos, sociais e culturais de fontes externas, minando a legitimidade interna dos países, o resultado seria a fraqueza do Estado que seria produto histórico da inserção global da periferia.

De acordo com a autora supracitada (*Ibidem*, p.319), essa condição dependentista lança luz sobre os mecanismos na ordem global que negam o *status* de soberania dos países do Terceiro Mundo impedindo sua autonomia. A autora ressalta que a autonomia constitui uma condição prévia para o desenvolvimento, em muitos contextos do Terceiro Mundo, a autonomia ocupa um lugar predominante no pensamento das Relações Internacionais. No interior das fronteiras nacionais, a autonomia constitui um símbolo da soberania, e é visto como o principal meio de garantir formas distintas não dependentes de desenvolvimento.

A autonomia serviria como instrumento para a defesa da soberania nacional e desenvolvimento, aumentando a capacidade de defender os interesses em vista dos atores mais fortes dentro do sistema internacional. Nesse contexto é necessário um meio que gerar

autonomia e desenvolvimento para que a região possa se livrar da dependência e opressão dos países desenvolvidos, a integração regional seria um bom caminho para isso, como é analisado pelo prisma da teoria pós-colonialista, que observa o desejo da região em se lançar.

As abordagens pós-positivistas reconhecem a necessidade de tornar visível perspectivas escondidas pelos discursos dominantes. Nesse contexto, de acordo com Tickner (2003, p.122) os estudos pós-coloniais têm sido bem sucedidos em introduzir as preocupações marginalizadas e fazer com que as vozes do Terceiro Mundo sejam ouvidas. Trazendo para o contexto latino-americano e caribenho. Vale salientar que há vontade de tornar real um projeto que vise projetar a região por meio da união da América Latina e Caribe para que as vozes desses países sejam ouvidas e se tornem relevantes no cenário internacional.

A proposta da CELAC já possui apoio de muitos presidentes da região. A sua realização seria parte de um forte sentimento autonomista para a região, ganhando força a percepção de que não é satisfatória a condição de submissão. Quanto ao futuro da nova organização, o ex-presidente brasileiro Lula afirmou no discurso de encerramento que deu origem a nova organização:

Não há nenhuma razão para nós sermos pessimistas. Nenhuma razão. E eu digo sempre o seguinte: quanto mais angustiados nós estivermos, nós temos que olhar o que era o nosso continente, há dez anos, há 12 anos, há 15 anos, há 20 anos, para a gente dizer: “Avançamos de forma extraordinária. Não resolvemos ainda todos os problemas sociais, mas estamos consolidando a democracia como em nenhum outro momento desses 200 anos lutando pela independência”. (Luiz Inácio Lula da Silva, 2010)³³

Lula também destacou a importância da criação do novo bloco, afirmando que através dessa iniciativa será conquistada a nossa personalidade enquanto região, ilustrando assim capacidade da CELAC. Destarte, levando em conta o pensamento de Theotonio dos Santos:

A América Latina tem assim uma oportunidade única para afirmar sua unidade sem chocar-se abertamente com a hegemonia norte-americana. Esse país poderá por fim reconhecer sua necessidade de negociar com uma América Latina forte e integrada. Esse reconhecimento poderia inclusive assumir a forma de um mercado livre de todas as Américas como propõe a ALCA. Contudo, será um erro brutal da região renunciar à sua unidade mais profunda em troca desse livre comércio que não existirá sem a sua força sub-regional. Ela deverá ter uma força de impor a combinação de ambas realidades: a unidade bolivariana do continente deverá ser respeitada pelos Estados Unidos. E sobre essa base poderá haver um novo pan-americanismo no qual a América Latina fortalecida poderá negociar o destino comum do continente americano. Parece um sonho, mas poderá ser realidade. É hora de ousar (SANTOS T., 2004, p.453).

³³ Informação disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/discurso-durante-a-sessao-de-encerramento-da-xxi>>. Acesso em: 30 de outubro de 2010.

A CELAC está sendo saudada como mais um esforço para consolidar o trabalho de integração latino-americana. Será uma organização que representará os 33 países independentes da América Latina e Caribe. As regras de operação definitivas deverão ser adotadas na próxima reunião em Caracas, na Venezuela. A Reunião de Chanceleres da CALC foi realizado no dia 26 de abril de 2011 na capital venezuelana, e teve como objetivo preparar a III CALC, essa reunião foi adiada mediante o estado de saúde do presidente venezuelano Hugo Chávez, mas já está sendo investigada uma nova data para a reunião. Sendo assim, estão dadas as condições para avançar na constituição de uma organização regional puramente latino-americana e caribenha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção desta pesquisa ocorreu em meio à descoberta da importância da integração regional para o desenvolvimento da América Latina e Caribe, assim, incitou-se o interesse de um processo integracionista estendido para toda a região, entendendo a lógica desses países na concepção de uma união autonomista, influenciada pelo desejo de fazer uma organização sem a participação de países de fora.

Ao analisar a lógica do processo integracionista para o desenvolvimento da região sob a ótica da união desses países, é necessário, ter em conta as identidades compartilhadas dos países. Com isso, a pesquisa centrou-se em analisar as contribuições da CELAC para a região, bem como o desejo de sua concretização revelada pelo prisma da teoria pós-colonialista. A teoria questiona a condição de tais países, abordando seus problemas, demonstrando que o Terceiro Mundo deve ser levado em consideração.

Em 2010, houve a reunião com todos os países da América Latina e Caribe, nesse momento surgiu a nova organização, reafirmando uma vontade de muito tempo. Seitenfus (2008) e Fagundes (2010) ressaltam que a OEA privilegia os interesses dos Estados Unidos e não teve eficácia em vários momentos. Isso foi fulcral para refletir sobre a importância de um organismo puramente latino-americano e caribenho que compreendesse satisfatoriamente os interesses da região. Verificou-se, que a sua realização contribuiria para que, pela primeira vez a região tivesse um órgão que representasse todos os países da região como um todo.

De acordo com o documento da CALC, a CELAC serviria para afirmar a singularidade regional no debate sobre um futuro comum e faria com que os países latino-americanos e caribenhos unissem suas vozes. O entusiasmo com que os diferentes governos dos países latino-americanos e caribenhos recebem as propostas de integração pode ser medido pela realização de outras iniciativas que buscavam o desenvolvimento para a região. Assim, os diversos processos integracionistas que ocorrem no hemisfério americano, demonstram a importância que este tipo de iniciativa possui.

Os países latino-americanos não devem se isolar, mas sim aumentar sua participação em organizações internacionais, potencializando assim a sua liberdade. Dessa maneira, a CELAC seria uma que caminharia nesse intuito, conjuntamente com o desenvolvimento. As contribuições da teoria pós-colonialista trariam à tona a maneira como os países da região devem buscar se inserir no cenário internacional. Como é notado por Nogueira e Messari (2005, p.228), os estudos pós-coloniais são estudos de fronteiras, entre os incluídos e

excluídos, assim esse movimento transgride as fronteiras e questiona para poder estabelecer novos espaços e novas relações. Deve ser ressaltada a relevância política dessa teoria para a transformação das práticas internacionais, assim a América Latina e Caribe se inserem nesse debate, dado a necessidade empreendida pela região em se firmar, realizado através de um espírito de unificador.

Nesse quadro, a primeira parte do trabalho objetivou analisar a necessidade da integração regional para lançar uma região desenvolvida e, conseqüentemente, para a formação de uma identidade latino-americana e caribenha. Com isso, chegou-se à compreensão de que não há desenvolvimento regional sem a integração da estrutura física. A região está caminhando para que por meio da solidariedade e coordenação possam resolver os desafios para conseguir desenvolvimento. O empenho em favor da América Latina e Caribe em construir uma ordem mundial mais equilibrada é explicado pela identidade compartilhada desses países. Dessa maneira, a América Latina e Caribe integrados podem ter voz, representando uma evolução para a região. Para tanto, o pós-colonialismo traria a percepção de que não cabe mais a esses países a condição de subordinação e que é chegada a hora de falar em uníssono para que a região possa construir seu próprio futuro. A teoria reflete a busca latino-americana e caribenha pelo reconhecimento, concluindo que através da Integração Regional pode-se alcançar esse tão esperado destaque.

Em seguida, buscou-se observar a lógica da criação da CELAC, demonstrando a proposta de lançar uma América Latina e Caribe com um forte caráter autonomista, por não contar com os Estados Unidos e Canadá. A nova organização também é vista como uma alternativa à OEA, que já não apresenta resultados satisfatórios, fazendo assim com que os países latinos apostem veementemente nessa nova iniciativa. Constatando-se que os princípios da nova organização podem contribuir para alcançar resultados satisfatórios para a região, dependendo agora da coordenação entre os chefes de Estado.

A terceira parte analisa a vontade da realização da CELAC por meio de declarações sobre a efetivação da mesma. Destarte, as dimensões da nova organização foram mencionadas nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva e em trechos de alguns jornais latino-americanos, reafirmando o anseio pela concretização de tal empreitada.

Por fim, é fundamental salientar que os países latino-americanos e caribenhos deram passos importantes em direção a essa união. É inaceitável deixar que as expectativas sejam agora frustradas. Nesse momento é necessário transformar os discursos em resultados concretos, a região precisa de vontade política dos governantes nos seus atos. Mesmo com os governos latino-americanos e caribenhos demonstrando entusiasmo em relação a projetos

integracionistas, há dúvidas sobre a atuação da CELAC e se a mesma será capaz de colocar em prática essa tão esperada união, principalmente levando em conta as assimetrias existentes entre os países da região. Para isso, é necessário destacar que a integração deve ir além das divergências entre os países em questões limítrofes ou concorrência entre eles, é preciso ter em conta que para se chegar a uma unidade efetiva e superar os desafios.

Assim, os países da América Latina e Caribe devem assumir sua vocação e fazê-la sem espírito de confrontação. Sendo fundamental destacar que a Integração Regional, mesmo com limitações, é reconhecida como um importante mecanismo na contribuição do fim das disparidades entre os países latino-americanos e caribenhos. Nesse contexto, a CELAC serviria como uma forma de trazer diálogo e cooperação entre a América Latina e Caribe, e que essas diferenças devem ser resolvidas no âmbito da própria organização, mostrando que as disputas devem ser resolvidas num ambiente de cooperação.

Os problemas enfrentados pela região tornam ainda mais urgente a necessidade de conjugar esforços e buscar soluções solidárias, os modelos integracionistas devem conseguir um dinamismo que faça compreender que as vantagens da união dos países, superam os obstáculos que são apresentados (SCHAPOSNIK, 1997, p.163). A nova organização deve ser entendida como uma forma de contribuir para um novo mundo multipolar e multilateral.

Portanto, a região precisa somar forças para trazer melhoras. A CELAC está em via de desenvolvimento, mas já pode ser considerada como um passo importante para que a região se lance no cenário internacional. O projeto é ainda inicial e não será possível fazer uma análise causal sobre os governos latino-americanos e caribenhos em relação com a nova organização, mesmo assim, é necessário salientar, que esse espaço que está se tentando estabelecer, poderá fazer com América Latina e Caribe ganhem força nesse mundo globalizado e consigam construir um espaço comum de cooperação.

REFERÊNCIAS

AYERBE, Luis Fernando. **Os Estados Unidos e as Relações Internacionais Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Contexto Internacional, 2005.

_____. **A REIVEÇÃO DA DOCTRINA MONROE: Determinismo Cultural e política externa dos EUA pós 11/9**. Disponível em: <[http://www.unifra.br/professores/elsbeth/DOCTRINA%20MONROE%20\(novos%20rumos\).pdf](http://www.unifra.br/professores/elsbeth/DOCTRINA%20MONROE%20(novos%20rumos).pdf)> Acesso em: 01 de maio de 2011.

BBC. Brasil. **Cúpula em Cancún aprova novo bloco regional sem os EUA**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/02/100223_bloco_cupula_np.shtml>. Acesso em: 20 de abril de 2010.

_____. **Lula questiona soberania britânica nas Malvinas**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/02/100223_lula_malvinas_rc.shtml?utm_source=twitterfeed&utm_medium=twitter> Acesso em: 23 de agosto de 2010.

_____. **Equador e Colômbia trocam acusações na OEA**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080305_equadorcorrea_ac.shtml> Acesso em: 17 de março de 2011.

_____. **Equador diz que crise com Colômbia foi resolvida**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080307_cupula_apertodemaosr.g.shtml> Acesso em: 17 de março de 2011.

_____. **Chávez e Uribe brigam durante cúpula no México**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/02/100223_cupula_briga_rw.shtml> Acesso em: 25 de março de 2011.

BASTOS, Vânia Lomônaco; SILVA, Maria Luiza Falcão. **Para entender as economias do Terceiro Mundo**. Brasília: Editora da UnB, 1995.

BAUMANN, Renato. **Integração Regional e Desenvolvimento Econômico – com referência a Celso Furtado**. Brasília: CEPAL, 2005.

BETHONICO, Cátia Cristina de Oliveira. **Direito ao Desenvolvimento Econômico na América Latina por meio da integração: a cláusula de habilitação na ALADI**. In: Âmbito

Jurídico, Rio Grande, 51, 31/03/2008 [Internet]. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4998>. Acesso em 29/06/2011. Acesso em: 17 de março de 2011.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; et al. **Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CASTEÑEDA, Eugenia Cecília; VIEIRA, Vera Lucia. **IDENTIDADE LATINO AMERICANA: DUALISMO OU INTEGRAÇÃO**. VI Jornadas Latinoamericanas de Historia de las Relaciones Internacionales: “Regiones y Naciones. Las Relaciones Internacionales en el Espacio Latinoamericano y en el Mundo”. Universidad Católica de Santiago del Estero. Argentina. 9 al 11 de Septiembre de 2009.

CASTRO, Marcos Faro de. 2001. **De Westphalia a Seattle: a teoria das relações internacionais em transição**. Cadernos do REL [Brasília], n. 20, 2001/1.

CERVO, Amado L. **A Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2007.

COSTA, Cláudia de Lima. **A URGÊNCIA DO PÓS-COLONIAL E OS DESAFIOS DOS FEMINISMOS LATINO-AMERICANOS**. Terceira Margem. Rio de Janeiro: UFRJ, v.13, n.20, 2009. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/terceiramargemonline/numero20/Terceira%20Margem_n20_site.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2011.

Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento – CALC (2008 : Salvador)[Anais]. — Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/al000030.pdf> > Acesso em: 22 de maio de 2011.

DECLARAÇÃO DE CANCÚN. Disponível em: <http://portal2.sre.gob.mx/gruporio/images/STORIES/10_Cumbre_Unidad/Declaracion_de_Cancun_pt.pdf> Acesso em: 15 de dezembro de 2010.

DECLARAÇÃO DA CÚPULA DA UNIDADE DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. Disponível em:

<http://portal2.sre.gob.mx/gruporio/images/STORIES/10_Cumbre_Unidad/Declaracion_Cumbre_Unidad_ALC_pt.pdf> Acesso em: 15 de dezembro de 2010.

DECLARAÇÃO DE SALVADOR. Disponível em:

<<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/calculador-declaracao-de-salvador>> Acesso em: 15 de dezembro de 2010.

ESTEVES, T. de J. Integração regional na América Latina: da CEPAL ao Consenso de Washington. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p. 172-202, jul.-dez. 2008.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **A América dos 33: a proposta de criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)**. Meridiano 47 n. 116, mar. 2010.

FOLHA. **Cúpula com latino-americanos e caribenhos busca "OEA sem EUA"** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u697473.shtml>> Acesso em: 12 de maio de 2011.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Editora Nacional, 1967.

_____. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Desarrollo y estancamiento en América Latina**. Desarrollo Economico. Vol. VI Nº 22-23, 1966. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/53001049/37105510-ler-Celso-Furtado-Desarrollo-Y-Estancamiento-en-America-Latina-1966>> Acesso em: 22 de maio de 2011.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea. **Organizações Internacionais- Histórias e Práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LA JORNADA. **Bajo la Lupa ¿Y si Latinoamérica (sic) dominase al mundo?** Disponível em:

<<http://www.jornada.unam.mx/2010/12/22/index.php?section=opinion&article=01601pol>> Acesso em: 12 de maio de 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Desenvolvimento e Dependência**. Artigo publicado no Correio Braziliense, 1992. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/020_desenvolvimento_port.htm> Acesso em: 19 de maio de 2011.

_____. Subdesenvolvimento e Revolução. In: Pericás e Barsotti. **América Latina: História, idéias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998.

MARRA, Teresinha Aparecida Mendes. **INTEGRAÇÃO LATINOAMERICANA E SUA INSERÇÃO NO MUNDO GLOBALIZADO**. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/viewDownloadInterstitial/584/468>> Acesso em: 25 de março de 2011.

MENDONÇA, Carla. **Impactos de processos de integração em zonas de fronteira: o crescimento dos fluxos comerciais e o desenvolvimento em cidades gêmeas do Mercosul**. 2008. 62 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Edição: Ed. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, 2008.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **América Central e Caribe. Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC)**. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/1.2.1-america-central-e-caribe-calc> Acesso em: 30 de outubro de 2010.

_____. **CALC**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/calc>>. Acesso em: 08 de junho de 2010.

_____. **CELAC**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/celac>>. Acesso em: 08 de junho de 2010.

_____. **Comunicado sobre a “Questão das Ilhas Malvinas”**. Disponível em: <http://en.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2228> Acesso em: 17 de março de 2011.

_____. **Discurso durante a sessão de encerramento da XXI Cúpula do Grupo do Rio e II Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC) – Cancún, México, 23/02/2010**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/discurso-durante-a-sessao-de-encerramento-da-xxi>>. Acesso em 30 de outubro de 2010.

_____. **Grupo do Rio**. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/daa/grio.htm>> Acesso em: 17 de março de 2011.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Laboratório a céu aberto**. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2007/agosto/cul_044.htm> Acesso em 21 de março de 2011.

OEA, Organização dos Estados Americanos. **Carta da Organização dos Estados Americanos**. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/carta.htm> . Acesso em: 11 de novembro de 2010.

O ESTADÃO. **Comunicado final cria 'OEA do B' sem EUA**. Disponível em: <<http://m.estadao.com.br/noticias/impreso,comunicado-final-cria-oea-do-b-sem-eua,515267.htm>> Acesso em: 12 de maio de 2011.

LOHBAUER, Christian. **História das Relações Internacionais II**. O século XX: do declínio europeu à Era Global. Rio de Janeiro, 2008.

LLOSA, Álvaro Vargas Llosa; ARRAES, Arraes. Entrevista ao jornal O Popular. **Celac expõe desafios de integração**. Goiânia, 02 de março de 2010. Informação disponível em: <http://mediaserver.ojc.com.br/pdf/20101221_1600_noticia40043_MUNDO_Amrica_Latina.pdf> Acesso em: 25 de março de 2011.

OTTO, Boye. **A integração da América Latina como resposta a um mundo com hegemonia unipolar**. In: SANTOS, Theotonio dos (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; SÁ, Fernando; BRUCKMANN, Mônica (Orgs.). **Globalização e Integração das Américas: hegemonia e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: PUC Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

O POPULAR. **Celac expõe desafios de integração**. Goiânia, 02 de março de 2010. Informação disponível em: <http://mediaserver.ojc.com.br/pdf/20101221_1600_noticia40043_MUNDO_Amrica_Latina.pdf> Acesso em: 25 de março de 2011.

PRENSA LATINA. **Latinoamérica y el Caribe perfilan creación de bloque integracionista**. Disponível em: <http://www.prensa-latina.cu/index.php?option=com_content&task=view&id=290279&Itemid=6> Acesso em: 19 de maio de 2011.

Reunião dos Ministros de Relações Exteriores da CALC – Plano de Ação de Montego Bay. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/calc/plano-de-acao-de-montego-bay>> Acesso em: 15 de dezembro de 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro.** Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de setembro de 2004.

SANTOS, Theotônio dos. **Do Terror à Esperança: auge e declínio do neoliberalismo.** Idéias & Letras, São Paulo, 2004.

_____. **Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável.** Vozes, Petrópolis, 1993.

_____. (Coord); MARTINS, Carlos Eduardo; SÁ, Fernando; BRUCKMANN, Mônica (Orgs.). **Globalização e Integração das Américas: hegemonia e contra-hegemonia.** Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

SCHAPOSNIK, Eduardo Campos. **As teorias da Integração e o Mercosul: estratégias.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das organizações internacionais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SIL, Narasingha P. **Postcolonialism and Postcoloniality: A Premortem Prognosis.** Alternatives: Turkish Journal of International Relations; Vol. 7 Issue 4, 2008. Disponível em: <<http://www.alternativesjournal.net/volume7/Number4/sil.pdf>> Acesso em: 19 de maio de 2011.

SILVA, Marcelo Raimundo da. **O Tema de Honduras no Brasil.** FOCUS BRASIL. Edição 1, 2010.

SMITH, Karen. **"Has Africa got anything to say? African Contributions to the Theoretical Development of International Relations: a preliminary investigation"** Paper presented at the annual meeting of the ISA's 49th ANNUAL CONVENTION, BRIDGING MULTIPLE DIVIDES, Hilton San Francisco, SAN FRANCISCO, CA, USA, Mar 26, 2008 <NotAvailable>. 2009-05-23 <http://www.allacademic.com/meta/p253156_index.html>

SOCIEDADE CIVIL E PÓS-COLONIALISMO: UM DEBATE SOBRE PARADIGMAS PARA O ENTENDIMENTO DA AMÉRICA LATINA. Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.cesamericalatina.org/conferencia/proposta.htm>> Acesso em: 12 de maio de 2011.

TICKER, Arlene. **Seeing IR Differently: Notes from the Third World.** Millennium: Journal of International Studies, ISSN 0305-8298. Vol.32, No.2, pp. 295-324, 2003.

VILLA, Rafael Duarte. **Los países andinos entre realidades domésticas y exigencias externas** In: CARLINO, Alicia, el al. América Latina a comienzos del siglo XXI: perspectivas económicas, sociales y políticas. Rosario: Homo sapiens Ediciones, 2005.

ZAGNI, Rodrigo Medina. **Perspectivas teórico-metodológicas nos estudos sobre as relações entre Estados Unidos e América Latina durante a Segunda Guerra Mundial.** Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC Vitória, 2008. Disponível em: <http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro8/rodrigo_medina%20zagni.pdf> Acesso em: 22 de maio de 2011.

ANEXO

Integração latino-americana

Líderes latino-americanos assinaram no dia 23, em Cancún (México), a Declaração da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe (Celac). Grupo exclui EUA e Canadá

PAÍSES PARTICIPANTES



OUTRAS UNIDADES FORMADAS NA REGIÃO

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

Estabelecido em 1948 em Bogotá (Colômbia)

ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA)

Estabelecido em 9 de dezembro de 1994 em Miami (EUA)

PAÍSES PARTICIPANTES

América do Norte e Central

Belize, Canadá, Costa Rica, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras*, México, Nicarágua e Panamá.

América do Sul

Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

* País foi suspenso em julho de 2009 após golpe de estado que depôs o então presidente Manuel Zelaya

Caribe

Antigua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Cuba**, República Dominicana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Nevis e Trinidad e Tobago.

** País foi excluído da OEA em 1962. Em junho de 2009, uma resolução adotada sob o governo de Hugo Chávez, entretanto, disse não ter interesse de participar do grupo. Também foi excluído da ALCA.



COMUNIDADE DO CARIBE

Estabelecido em 1º de agosto de 1973 em Georgetown (Guiana)

PAÍSES PARTICIPANTES

Antigua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, República Dominicana, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Nevis, Suriname, Trinidad e Tobago, Territórios associados, Anguila, Bermudas, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Caimã e Turks e Caicos



UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL)

Criado em 8 de dezembro de 2004 em Lima (Peru)

PAÍSES PARTICIPANTES

Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela



GRUPO DO RIO

Estabelecido no Rio de Janeiro (Brasil) em 28 de dezembro de 1986

PAÍSES PARTICIPANTES

Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana*, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela

* A Guiana representa oficialmente a Comunidade do Caribe



MERCOSUL

Criado em 26 de março de 1991 em Assunção (Paraguai)

PAÍSES PARTICIPANTES

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai



Fonte: Jornal O POPULAR